



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SOCIOECONÔMICO – CSE

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – DSS

FABIANA GONÇALVES

**GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE
RIO DO SUL**

Florianópolis, março de 2016.

FABIANA GONÇALVES

**GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE
RIO DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. Orientador: Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmiento.

Florianópolis, março de 2016.

FABIANA GONÇALVES

**GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE
RIO DO SUL**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social, e aprovada em sua forma final pelo Departamento de Serviço Social, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 14 de março de 2016.

Prof^a. Dr^a. Edilane Bertelli
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes Sarmiento
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Dr^a. Maria Teresa dos Santos
Universidade Federal de Santa Catarina

Msc. Roque Ademir Favarin

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu Pai Pedro "In Memoriam" pelos ensinamentos sobre a arte da política e á minha Mãe Cecília pelo exemplo e persistência de nunca desistir dos sonhos.

AGRADECIMENTOS

É difícil agradecer todas as pessoas que de algum modo, nos momentos serenos e ou apreensivos fizeram ou fazem parte da minha vida, por isso primeiramente agradeço a todos de coração.

Agradecer ao meu querido irmão Fábio pelo companheirismo, preocupação e dedicação.

Ao Airton pelo amor, pela paciência e compreensão.

Agradecer à Pastoral da Juventude que suscitou em mim o desejo pela militância e pela construção da Civilização do Amor.

Agradecer a Cáritas Brasileira Regional Santa Catarina pela oportunidade e o espaço de desenvolver o amadurecimento profissional e de acreditar que outro Mundo é Possível.

Agradecer com a mais profunda ternura as/os amigas/os da vida inteira de A – Z *“cada um que passa em nossa vida, leva um pouco de nós, mas deixa muito de si”*. E foi por isso que cheguei até aqui.

Agradecer o em especial a quem esteve junto comigo nesta caminhada, dando apoio e incentivo em momentos alegres ou em momentos tristes e desafiadores.

Agradecer em especial também, as amigas Jéssica, Vanessa, Carla, Aline, Joseanair, Elena e Maristela, que nos últimos anos dividimos o trabalho, a faculdade, a casa a vida, e que nesta caminhada nos tornamos mais que colegas, mas companheiras na Luta.

Agradecer aos colegas da universidade, pela contribuição em meio à construção e desconstrução dos saberes, mas na certeza que seremos profissionais Assistentes Sociais engajados e comprometidos com nosso Código de Ética e com o fortalecimento da nossa categoria profissional.

E por fim, mas não menos importante, agradecer aos professores que tiveram a tarefa fundamental nesta caminhada construída. Em especial ao professor Hélder pelo incentivo e a motivação para encarar esta etapa de construção deste TCC e à Francisca, supervisora de estágio pelo aprendizado.

*“A utopia está lá no horizonte.
Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.” **Eduardo Galeano***

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo estudar os desastres socioambientais e suas consequências na cidade de Rio do Sul. O trabalho foi constituído por meio de pesquisa bibliográfica e resultou no apontamento de quatro aspectos importantes para a construção e conclusão da pesquisa. Utilizou-se como referenciais teóricos autores brasileiros que discutem a questão da formação do Brasil: Ribeiro, Santos, Holanda, Prado Junior. A primeira questão a ser debatida é a reflexão do processo de surgimento das cidades no que tange as questões históricas, políticas e organizacionais. Junto a isso, os desafios impostos à sociedade e aos governantes de como a construção de uma cidade humanizada e segura diante do processo histórico marcado pela herança da dominação do capital é contraditória. As mudanças climáticas e os desastres socioambientais como resultado deste processo intenso de degradação ambiental, vem afetando a vida no Planeta e principalmente os espaços urbanos que nas últimas décadas sofrem com os impactos que se intensificam, tais como: enchentes, deslizamentos e vendavais. No terceiro momento discorreu-se sobre as características e os principais desastres socioambientais da região do Vale do Itajaí, sobre a problemática da “Indústria das Enchentes” e sua interferência na garantia de direitos as populações afetadas e atingidas pelos desastres socioambientais, enfatizando os principais fenômenos ocorridos, seus impactos, e formas de reação e a ação da Defesa Civil. Por fim, realizamos uma breve análise sobre a gestão de riscos e desastres, a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, bem como, sua execução no município de Rio do Sul, com destaque aos principais desafios, lacunas e possibilidades de avanço em relação ao tema.

Palavras-chave: Construção das cidades; Gestão de Risco; Enchentes; Impactos socioambientais.

RESUMEN

Este Trabajo de Conclusión de Curso tiene por objetivo estudiar los desastres socioambientales y sus consecuencias en la ciudad de Rio do Sul. El trabajo fue constituido por medio de investigación bibliográfica y su resultado apunta a cuatro aspectos importantes para la construcción y conclusión de la investigación. Se utilizó referencias teóricas de autores brasileños que discuten el tema de la formación del Brasil: Ribeiro, Santos, Holanda, Prado Junior. La primera cuestión para el debate es la reflexión del proceso del surgimiento de las ciudades sobre el punto de las cuestiones históricas, políticas y organizacionales. Al lado de esto, los desafíos retos a sociedad y a los gobernantes de como la construcción de una ciudad humanizada y segura frente al proceso histórico marcado por la dominación del capital es contradictoria. Los cambios climáticos y los desastres socioambientales como resultado de este intenso proceso de degradación ambiental, viene afectando a la vida en el Planeta y en especial las zonas urbanas que en las últimas décadas sufren los impactos que se intensifican, tales como: inundaciones, deslizamientos de tierra y vendavales. En el tercer punto hablamos sobre las características y los grandes desastres socioambientales de la región del Vale do Itajaí, sobre la cuestión de la “Industria de las Inundaciones” y su injerencia en los derechos de las poblaciones afectadas por los desastres socioambientales, enfatizando los principales fenómenos que ocurren, su impacto y formas de reacción y la acción de la Defensa Civil. Por último, se realizó un breve análisis de la gestión de riesgos y desastres, la Política Nacional de Protección y Defensa Civil, así como su aplicación en la ciudad de Rio do Sul, destacando los principales desafíos, los vacíos y las posibilidades de avance en este sentido.

Palabras clave: Construcción de las ciudades; Gestión de Riesgos; Inundaciones; Impactos socioambientales.

LISTA DE SIGLAS

AJONU – Associação de Jovens das Organizações das Nações Unidas

CEMADEN - Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais

CEPED- Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CNDC – Conferencia Nacional Defesa Civil

CONPDEC – Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

MONADES - Movimento Nacional de Afetados por Desastres Socioambientais

NUDEC - Núcleos Comunitários de Defesa Civil

ONU – Organização das Nações Unidas

PNPDEC – Política Nacional de Proteção e Defesa Civil

SC - Santa Catarina

SINPDC – Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC – Universidade Federal Santa Catarina

UNISDR - Escritório das Nações Unidas para a Redução de Desastres Riscos

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	21
1.1. OBJETIVO GERAL.....	23
1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	23
2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA CONSTRUÇÃO DAS CIDADES.....	24
2.1. A CONSTITUIÇÃO DAS CIDADES NO BRASIL.....	24
2.2. A COLONIZAÇÃO DE RIO DO SUL: ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS.....	30
3. DESASTRES AMBIENTAIS: NATURAIS OU CONSTRUÍDOS?.....	34
3.1. MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO CONTEXTO MUNDIAL E NACIONAL.....	34
3.2. O VALE DO ITAJAÍ E AS PRINCIPAIS ENCHENTES.....	37
4. POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA E PROTEÇÃO CIVIL.....	42
4.1. A GESTÃO DE RISCO E DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL 48	
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53

1. INTRODUÇÃO

As motivações para discorrer sobre a temática Riscos e Desastres Ambientais no Município de Rio do Sul, foram a partir de experiências pessoais e o envolvimento direto com a problemática. Além disso, o trabalho realizado pela Cáritas Brasileira Regional de Santa Catarina, com a execução de ações junto às comunidades atingidas pelos desastres socioambientais, da qual era coordenadora de projetos, proporcionou evidenciar a relevância do tema para a sociedade brasileira.

Nessa perspectiva destaca-se a problemática que o Brasil vem enfrentando ao longo dos séculos, centenas de questões relacionadas aos desastres socioambientais embora pareça ser assunto contemporâneo.

Em meio a este processo de incertezas percebe-se que a sociedade atual vive em um clima generalizado de insegurança e crises. É sabido que os chamados “riscos” nem sempre se apresentam, ou ocorrem em virtude de fenômenos “naturais” a exemplo do que ocorreu em Mariana/MG recentemente, mas sim de uma ação humana perversa e irresponsável, especialmente no caso da barragem de Samarco.

Desastres como esses tendem a se agravar quando não há mecanismos suficientes que contribuam com a mobilização popular. Em uma realidade de descrédito político e de processos de participação popular enfraquecidos, os instrumentos de controle social e de mobilização são ineficazes, tornando o impacto ambiental mais grave e com consequências ainda maiores para os atingidos.

Neste sentido discutir a política de gestão de riscos e desastres nos dá a possibilidade de adentrar na questão fundamental que é o acesso ao direito. Neste campo vale destacar que os direitos sociais são a essência do exercício profissional do assistente social a qual preconiza no Código de Ética.

a atuação profissional, considerando as particularidades dos espaços e das condições de intervenção, em relação ao fortalecimento de processos de luta, avaliação e articulação de forças, organização e formação política, tendo em vista o atendimento de necessidades imediatas e o avanço do processo de politização e conscientização numa perspectiva de classe (ABREU, 2004 apud. GUEDES, M. A. N. Op. cit. p. 37).

Neste sentido nossa defesa é que todas as pessoas deveriam ter o direito de não sofrerem com os impactos das situações de desastres. Mas é sabido que os impactos dos desastres socioambientais, por conseguinte, afetam as populações mais vulneráveis, nos territórios que historicamente ocorre a negação de direitos, sobretudo da ausência de políticas que visam a prevenção de desastres e de inclusão social. Na sua maioria os impactos destes desastres estão envolvidos em um contexto não só de tragédias sociais e ambientais, mas de tragédia política, de corrupção, desvios de recursos etc. Através de muitas situações de desvio de donativos mobilizados pela sociedade por iniciativas solidárias, de violação de direitos, de ações preconceituosas, de falta de sensibilidade com quem vive este momento, tudo isso afeta os que estão mais fragilizados nos momentos de desastres.

Nesta perspectiva, a ênfase deste estudo se dará no aprofundamento dos processos históricos de construção das cidades brasileiras, de modo especial no vale do Itajaí. Relato das políticas públicas que estão ligadas a defesa civil, bem como o aprofundamento dos territórios impactados pelos desastres socioambientais.

No decorrer do texto, discorrem-se acerca da contribuição das associações civis, conselhos de classe e organizações comunitárias na gestão de riscos e elaboração das políticas públicas e do controle social.

Para a construção dessa pesquisa acadêmica de conclusão do Curso de Serviço Social, buscou-se fazer um levantamento bibliográfico dos principais autores geógrafos, sociólogos, urbanistas, economistas, historiadores e suas concepções sobre a construção das cidades e seus processos históricos. Diante disso, a relevância da contribuição de autores brasileiros como Darcy Ribeiro, Milton Santos, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior, Juarez José Aumond, Beat Frank, Ermínia Maricato, José Paulo Netto entre outros.

Tais autores foram importantes fontes para fundamentação teórica sobre a realidade brasileira no contexto deste trabalho. Além de conceituar e realizar um estudo sobre as questões das mudanças climáticas no contexto mundial, bem como evidenciar seus impactos nos territórios.

A partir de então, face às referências teóricas discorreu-se sobre as características e os principais desastres socioambientais da região do Vale do Itajaí. Com essa leitura, fez-se um recorte para o município de Rio do Sul, enfatizando os fenômenos ocorridos, seus impactos, formas de reação e a ação da Defesa Civil nesse contexto.

Para isso, fez-se uma breve análise sobre a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e a sua execução no município de Rio do Sul. Na oportunidade, evidenciaram-se os principais desafios, lacunas e possibilidades de avanço. Também o fato de se ter contato com essa realidade, possibilitou inserir no trabalho experiências que contribuíram para o enriquecimento deste texto.

1.1. Objetivo Geral

- Estudar os principais desastres socioambientais em Rio do Sul e suas consequências.

1.2. Objetivos Específicos

- Contextualizar o processo de formação das cidades no Brasil e na região do Vale do Itajaí;
- Apresentar a problemática socioambiental no Brasil e do Vale do Itajaí;
- Realizar um levantamento bibliográfico acerca do tema da política de gestão de risco e desastres socioambientais;
- Identificar as ações executadas pela Defesa Civil do Município de Rio do Sul e a sua execução junto a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA CONSTRUÇÃO DAS CIDADES

2.1. A constituição das cidades no Brasil

Para abordar a temática proposta, torna-se necessário contextualizar a formação das cidades brasileiras, e para isso é importante situar o início da dominação, na América Latina e no Brasil.

Todo povo tem na sua evolução, vista a distância, certo “sentido”. Este se percebe não nos por menores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. (PRADO JR., 1994, p.19).

A constituição das cidades no Brasil se deu de forma complexa, pois ela está ligada a uma trajetória, na qual o espaço ocupado onde se organizou as cidades brasileiras, inicialmente configuravam-se de caráter provisório, que não valeria muito investimento. Caio Prado Junior destaca que:

[...] o espírito com que os povos da Europa abordaram a América. A ideia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que interessa, e daí relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América [...] a ideia de ocupar, não é como se fizera em terras estranhas, apenas como agentes comerciais, funcionários e militares para a defesa, organizados em simples feitorias destinadas a mercadejar com nativos e servir de articulação entre as rotas marítimas e os outros territórios ocupados; [...] (PRADO JR., 1994, p.23,24).

A intencionalidade no projeto de ocupação do Brasil, por parte de Portugal era apenas de extração de minérios e outras matérias primas que lhes fossem úteis para seu mercado interno. Era este o sentido que alicerçava os projetos de dominação por parte da coroa portuguesa e de grande parte da Europa do século XV.

Segundo Prado Jr (1994) esse projeto hegemônico, se apresentava de forma estratégica tanto na exploração de novas riquezas para expansão econômica, quanto na ampliação de seu território em vista da dominação de outros povos, em busca de mão de obra escrava e na

ampliação do seu exército para a sua própria defesa. Pois no século XIV a Europa viveu a sombra da invasão Árabe¹.

Este inusitado e grande projeto hegemônico colocou a Europa do século XV em uma nova ordem de dominação. As expectativas das “conquistas” de outros continentes como Ásia, África, continente Americano e o Brasil inserido neste contexto, representava uma pequena parcela deste processo.

Freyre (2000, p. 79) destaca que assim formou-se na América tropical, uma sociedade agrária, de grandes latifúndios, baseada em uma estrutura escravocrata e miscigenada. No século XVIII, este pensamento é que influencia e contribui de maneira decisiva na forma como este território seria ocupado.

No século XVI a ocupação limitava-se ao litoral, a principal atividade econômica desse período foi o cultivo de cana para produzir o açúcar, produto muito apreciado na Europa, a produção era destinada principalmente à exportação. As propriedades rurais eram grandes extensões de terra, cultivadas com força de trabalho escravo. O crescimento da exportação levou a constituição dos primeiros centros urbanos no litoral, as cidades portuárias.

Os séculos XVII e XVIII foram marcados pela produção pastoril que adentrou a oeste do país e também pela descoberta de jazidas de ouro e diamante nos estados de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso. Esse período foi chamado de aurífero e fez surgir várias cidades.

Durante o século XIX, a atividade que contribuiu para o processo de urbanização foi à produção de café, principalmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Essa atividade também contribuiu para o surgimento de várias cidades.

¹Durante muitos séculos, os árabes viveram como tribos nômades na região desértica. Da Península Arábica, que até no século VI iniciou um processo de unificação. A expansão árabe no século VII foi intensa, que ocupou basicamente todo Oriente Médio, norte da África e parte de Portugal e Espanha. A grande explosão dos árabes foi no Século XII, quando Saladino, derrotou os cruzados, unificando o Egito, a Síria e o Iraque, tendo Damasco como sua capital. Em sua fase áurea, enquanto a Europa se afundava nas trevas de sua Idade Média, os árabes atingiram avançados estágios na matemática, na astronomia e na medicina. A partir do Século XIII, porém, o Império árabe começou a declinar e suas fronteiras começaram a recuar. Foram expulsos da Europa em 1492, com a queda de Granada, e em sua outra extremidade, passaram a ser atacados pelos turcos otomanos. No Século XVI, o Império Árabe já estava totalmente desmontado e seus territórios africanos e asiáticos passaram a serem províncias otomanas.<<http://mgar.com.br/blog/?p=150>> Acesso em 20 de fevereiro de 2016.

Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. Se não foi uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais. (HOLANDA, 1995, p. 73).

Para Holanda (1995, P. 95) “o surgimento das cidades² não ocorreu de um processo natural, estavam associados às manifestações de um espírito e da vontade à medida que se opõem à natureza”. Para muitas nações³ conquistadoras, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram. A exemplo disso, Holanda (1995) destaca que a colonização na América se apresentou a partir de dois aspectos.

O primeiro sob a dominação da colonização espanhola se deu em assegurar o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas mediante aos núcleos de povoações estáveis e bem ordenados. Através de um levantamento minucioso e bem detalhado do território a ser ocupado, levando em conta o clima, os pontos cardiais, o solo, o relevo, a quantidade luz e calor e todas as variações que a determinada região oferecia, bem como as edificações planejadas com arruamentos largos e praças centrais, e ambientes que fundamentalmente garantissem a segurança e também o controle do território (Holanda, 1995, P.95).

E o segundo sob a dominação da colonização portuguesa ao qual estabeleceram seus empreendimentos com construções desalinhadas em espaços sem ordenamento, em vista que o projeto inicial dos portugueses era a exploração comercial como já citado.

A partir da revolução industrial⁴ trouxe para o Brasil Colonial que assentava em um modelo agroexportador profundamente excludente, novas dinâmicas de intervenção que podem ser percebidas a partir das cidades e vilas constituídas até então sob a influência portuguesa, francesa entre outras. A partir da revolução Industrial, ocorre um reordenamento que se configura no modelo inglês.

²Segundo o dicionário on-line Aurélio, o primeiro significado de cidade: Povoação que corresponde a uma categoria administrativa (em Portugal, superior a vila), geralmente caracterizada por um número elevado de habitantes, por elevada densidade populacional e por determinadas infraestruturas, cuja maioria da população trabalha na indústria ou nos serviços.

³ A partir do século XV, as nações Europeias começam a ter um estreito “relacionamento ambicioso” entre países vizinhos na perspectiva de dominar territórios ainda não “batizados”. (RICOY,2009)

⁴ A Revolução Industrial é um tema amplamente discutido, tratado por diversos autores. Caberia um estudo mais amplo sobre o significado e as particularidades e a complexidade que envolve a questão do crescimento das cidades. Mas diante objetividade que tema deste trabalho de conclusão exige certamente não será possível este aprofundamento.

Benevolo (1997, P.565), destaca que as cidades neste período ainda se caracterizavam em um estilo, renascentista barroco, no entanto para o processo de industrialização eram incapazes de satisfazer adequadamente as condições que o universo industrial exigia. As antigas cidades se tornariam funcionalmente precárias e os pólos industriais se lançariam aos arredores.

Em outro trecho, Benevolo (1979, P. 23) apresenta ainda, que estes espaços eram compostos de poucas áreas livres, que eram rapidamente parceladas pelos especuladores para “acolher” as pessoas vindas dos campos, populações mestiças oriundas do trabalho escravo, migrantes e imigrantes. Em algumas situações estas estruturas que antes pertencia à nobreza e a burguesia tornaram-se áreas de moradia de um grande coletivo de pessoas ao qual se formaram os cortiços. Nesta dinâmica é que surge e se caracteriza as cidades contemporâneas. Os sem terra do “velho mundo” são novamente “importados” para o “novo mundo”, fazendo a vontade e atendendo as necessidades dos exploradores do então velho mundo.

Nesta nova realidade é evidente a degeneração ambiental, social e até mesmo estética. A busca pela sobrevivência condicionava os trabalhadores, a se dividirem espaços mínimos. E em muitas situações tornavam-se reféns de especuladores e industriários.

Segundo Ribeiro (1995, P.195-199) a constituição das cidades brasileira, se dá de forma caótica, provocada pela evasão do campo e a chegada do grande contingente dessa população no meio urbano em busca do trabalho fabril. E conseqüentemente a grande miserabilidade em que estes mesmos se condicionavam.

A industrialização e a urbanização são processos complementares que costumam marchar associados um ao outro. A industrialização oferecendo empregos urbanos à população rural; esta entrando em êxodo na busca dessas oportunidades de vida. Mas não é bem assim. Geralmente, fatores externos afetam os dois processos, impedindo que se lhes dê uma interpretação linear. No século XVI, são os carneiros ingleses que expulsam a população do campo. No Brasil, vários processos já referidos, sobretudo o monopólio da terra e a monocultura, promovem a expulsão da população do campo. No nosso caso, as dimensões são espantosas dadas à magnitude da população e a quantidade imensa de gente que se vê compelida a transladar-se. A população urbana salta de 12,8 milhões, em 1940, para 80,5 milhões, em 1980. (RIBEIRO, 1995, p. 198)

Podemos destacar que a partir de 1940, segundo Santos (2013, P.30) A industrialização se estabelece num sentido mais amplo. Inclui em si a formação do mercado nacional. Intensifica a expansão do consumo que influencia na vida e nas relações sociais da

classe trabalhadora. Neste período a organização interna de nossas cidades, sejam elas grandes, média ou pequenas todas apresentam problemas estruturais aos quais no sistema capitalista monopolista⁵, eles se intensificam aumentando ainda mais diferenciação entre as classes.

Neste contexto é que surge periferia⁶ no Brasil, que ao longo do tempo foi transformando e assumiu variadas formas em cada momento histórico. Estes espaços se alastram aceleradamente, tornando-se, bairros, favelas, e grandes bolsões.

A definição de periferia é utilizada para designar os espaços que estão distantes do centro, sendo a faixa externa da área urbanizada. São os locais onde a maioria das pessoas vive em péssimas condições de habitação. É uma parcela do território da cidade que tem baixa renda, diferenciada dos demais. A periferia é o cenário para onde convergem as inúmeras demonstrações da insatisfação popular quanto às suas condições de vida e, portanto, é também onde emergem as condições propícias para a mobilização e organização popular em múltiplas frentes de reivindicação e luta contra o poder e o capital.

O conceito de periferia foi forjado de um olhar sobre a cidade surgida do processo de urbanização que aconteceu a partir dos anos 1980. Esse modelo de desenvolvimento limitou as pessoas de menor renda para as condições básicas de urbanidade e de inserção efetiva à cidade. A periferia é marcada muito mais pela precariedade e pela falta de assistência e de recursos do que pela localização.

Nas periferias também se instalavam as áreas industriais, onde degradação ambiental se misturava a este contexto. O lixo nas encostas, a poluição de nascentes, córregos e rios e a fumaça tóxica, e o desmatamento entre outros, faziam parte deste ambiente.

⁵Na tradição teórica que vem de Marx, esta consensualmente aceita que o Capitalismo no ultimo quartel do sec. XIX experimenta profundas modificações no seu andamento e na sua dinâmica econômica, com incidência necessária na estrutura social e nas instancias políticas das sociedades nacionais que envolviam. Trata-se do período histórico em que o Capitalismo dos monopólios, articulando o fenômeno global que, especialmente a partir dos estudos, tornou-se conhecido como o estagio Imperialista, entre 1890 e 1940 (Mandel, 1976, 3:325). Com efeito, o ingresso do Capitalismo no estagio imperialista assinala uma inflexão em que a totalidade concreta que é a sociedade burguesa acende a sua maturidade histórica, realizando as possibilidades desenvolvimento que, objetivadas, tornam mais amplas e complicados os sistemas de mediação que garantem a sua dinâmica. A constituição da organização monopólica obedeceu à urgência de viabilizar um objeto primário: o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados. NETTO, 1992.

⁶A origem etimológica do termo periferia encontra-se no latim *peripheria* embora tenha antecedentes na língua grega. O conceito refere-se àquilo que rodeia um determinado centro, como uma zona, um contorno ou um perímetro. São basicamente os arredores. (...) percebe-se ainda com o aumento do consumo interno de bens de subsistência a indústria e o comercio ganham força e espaços nos centros urbanos, enquanto que os operários e mais pobres vão sendo empurrados para os morros, ou melhor, para os limites das cidades ou centros urbanos ficando estes a Margem.

Milton Santos também destaca que a organização das cidades é o grande desafio brasileiro.

[...] Por isso, a grande cidade, mais do que antes, é um pólo da pobreza (a periferia no pólo...) o lugar com mais força e capacidade de atrair e manter gente pobre, ainda que muitas vezes em condições sub humana. A grande cidade se torna o lugar de todos os capitais e de todos os trabalhos, isto é, o teatro de numerosas atividades 'marginais' do ponto de vista tecnológico, organizacional, financeiro, previdenciário e fiscal. Um gasto público crescentemente orientando renovação e à revitalização urbana e que, sobretudo interessa aos agentes socioeconômicos hegemônicos, engendra a crise fiscal da cidade, e o fato de que a população não tem acesso aos empregos necessários, nem aos bens e serviços essenciais, fomenta a expressão da crise urbana. Algumas atividades continuam a crescer, ao passo que a população se empobrece e observa a degradação de suas condições de existência. (SANTOS, 1993, p. 10).

Segundo Ribeiro (1995, P.201 E 202), da década de 1930 em diante o, Brasil é marcado por muitas transformações, da ordem política, econômica e de infraestrutura. E a moderna industrialização brasileira teve seu impulso de Getúlio Vargas neste momento pelas iniciativas da construção da siderúrgica nacional, a criação da Vale do Rio Doce, da Petrobrás e Eletrobrás. Mas esta política de capitalismo de Estado e de industrialização de base, não agradou os privatistas e os interesses do capital internacional que comandavam a política e economia brasileira e logo teve sua queda. Neste sentido é importante perceber que o tema sobre a construção das cidades está aliado a um debate político econômico estrutural.

Segundo Benjamin (1998, P.71a79) no livro *A Opção Brasileira*, o cenário estrutural do Brasil, desde a sua constituição está vinculada a manutenção de uma ordem de dependência. Esta articulação externa que determinou desde a ocupação do território e conseqüentemente o uso social da terra, a extração de minérios e outras riquezas naturais, a expansão do mercado, e principalmente a dominação política e econômica. Aliado ao processo de industrialização está o processo caótico migratório e imigratório como relatado nesta seção. A predominância inglesa sob o mercado nacional, que controlava o sistema bancário, o abastecimento do mercado interno de manufaturas, exportação, navegação entre outros trouxe para o país o aumento a dívida externa.

Para o autor são quatro os pilares de uma nação moderna: um território reconhecido, um povo de cidadãos, um grau de suficiente de autonomia decisória e um Estado que expresse uma ordenação jurídica político legítima e eficaz.

Benjamim também destaca que diante da nossa construção histórica a estruturação destes elementos aparece de maneira fragmentada e descompassada.

Para finalizar é importante destacar ainda a contribuição de Maricato (2011) no que se refere ao Brasil urbano. Para ela o Brasil desigual está combinado ao “desenvolvimento moderno do atraso” ou ainda da “modernização conservadora” estão alicerçadas as bases da metrópole brasileira. Na construção das cidades como vimos nesta seção patrimonialismo, a privatização da esfera pública, o clientelismo, a política do favor, além da herança escravocrata, do desprestígio do trabalho, e o funcionamento informal ou ilegal da periférica é um prato cheio para o processo de acumulação do Capital.

Para Maricato (2011), é preciso uma reforma urbana e estrutural. Para tanto, a alternativa é a regularização fundiária, que significa regular a “terra urbana”, ou seja, significa terra urbanizada: com água, esgoto, transporte, escola, energia, áreas seguras, entre outros. Segundo a autora o direito a cidade ainda não é para todos. O monopólio das terras urbanas está sob o domínio do mercado imobiliário. Por mais ações governamentais que vem ocorrendo nos últimos anos a democratização do acesso à terra ainda esta distante para muitos brasileiros.

Neste sentido é importante destacar que a construção dessa seção sobre a história da construção das cidades no Brasil é uma tarefa árdua, pois são muitos os elementos importantes desse processo, tais como a relação capital trabalho no processo de industrialização; a construção das cidades nos períodos de governos autoritários; o surgimento do Serviço Social e a relação com o processo de urbanização e o higiênismo no Brasil, além das questões desafiadoras do contexto urbano do século XXI, não puderam ser abordados. No entanto a contribuição de Caio Prado Junior, Sérgio Buarque de Holanda, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Darci Ribeiro, Ermínia Maricato, Milton Santos são muito importantes.

2.2. A colonização de Rio do Sul: aspectos econômicos e sociais

Esta seção propõe-se discorrer sobre colonização de Rio do Sul, no que se refere aos aspectos econômicos e sociais. Sendo que a intencionalidade é no sentido de aprofundar em detalhes sobre o território de interesse deste trabalho.

Como vimos na seção anterior à crise de desemprego que ocorre na Europa a passagem dos séculos XIX e XX, traz para o Brasil milhões de Europeus.

Apesar do otimismo da revolução industrial, a Europa do século XIX ainda vive num regime semifeudal repleto de violências. Não há terras e, nas cidades, trabalha-se até 16 horas diárias. Essas as principais causas da emigração de 40 milhões de pessoas entre italianos, alemães e poloneses que, em SC, povoaram as terras entre o litoral e o Planalto. (CARUSO, M., CARUSO, R. 2005, p. 130)

Segundo os autores Pellizzetti (1981) e Dagnoni (2011), o município de Rio do Sul pertencente à Região do Alto Vale do Itajaí, localiza-se na confluência dos Rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste. Vale destacar, que de acordo com Martins, (1995) antes da chegada dos imigrantes europeus que invadiram este território com o aval do estado, o mesmo era ocupado por povos originários de etnia Xokleng, que hoje se encontram em uma pequena área no município de José Boiteux.

Importante situar também que o surgimento de Rio do Sul está intimamente ligado a história da cidade de Blumenau, pois Braço do Sul ou Südarm em alemão, como era inicialmente chamado, surge como colônia de Blumenau. E essas colônias organizadas durante o período de colonização do Vale do Itajaí serviram para facilitar o transporte de gado pelos tropeiros e de outras mercadorias para as regiões mais desenvolvidas, como o Planalto Serrano e outros estados como São Paulo e Rio Grande do Sul.

O pequeno povoado inicialmente colonizado por imigrantes alemães e italianos em um segundo momento, tinha como atividade principal a agricultura de subsistência que se estendeu por um longo período.

A formação deste pequeno povoado enfrentou muitos desafios, pois o acesso era muito difícil em virtude da escarpa⁷ da serra. Mesmo com a construção de estradas para subir ao Planalto Serrano, este trajeto era recoberto pela Mata Atlântica, obrigando os moradores e tropeiros a viajarem pelas margens dos rios. Para cruzarem de uma margem à outra os viajantes e seus animais cargueiros deveriam esperar que as águas estivessem baixas, ou seja, fazer este trajeto em períodos de estiagem, isso dificultava o transporte de mercadorias tanto para o abastecimento local, quanto para impulsionar a circulação das mercadorias. De acordo com Dagnoni e Wartha (2011, p.24), Emil Odebrecht fora contratado para abrir uma picada que, em 1874, transformou-se em um caminho de cargueiros, e por muitos anos foi à única ligação de Blumenau como Planalto Serrano.

⁷Escarpa formação de rampa ou declive de terreno, deixado pela erosão, nas beiras ou limites dos planaltos e mesas geológicas.

Em Blumenau centralizava-se o ordenamento político e administrativo da região, e em 1912, este povoado Braço do Sul, ganhou nova configuração tornando-se o 5º Distrito de Blumenau pela Lei Nº 61 de 13 de março de 1912. A partir disso passou a ser chamado de Bella Aliança, nome originado pela união dos Rios Itajaí do Sul e Rio Itajaí do Oeste, hoje chamado de Rio Itajaí Açu.

De 1912 a 1931, a economia se desenvolveu no Distrito de Bella Aliança e permaneceu assim, porém, as dificuldades de deslocamento a sede (Blumenau), fizeram com que se formasse um pensamento de emancipação do município. Ermembergo Pellizzetti foi o principal nome na luta pela emancipação desse distrito, que em 10 de outubro de 1930 foi elevado a município e, posteriormente, em 20 de janeiro de 1931, ocorreu à instalação dessa comarca. Em 15 de abril de 1931, a instalação do município passou a se chamar Rio do Sul, passando a contar com quatro distritos: 1º - Sede; 2º - Taió; 3º Pouso Redondo; e 4º - Trombudo Central. (PELLIZZETTI, 1981; DAGNONI 2011).

Um elemento importante a ser destacado na história de Rio do Sul, foi quanto à ocupação e distribuição das terras, seguindo o estilo da colonização alemã. Os lotes mais utilizados foram os que mediam 25 hectares, dispostos de forma alongada, em pequenas áreas, que permitiam a otimização e o aproveitamento das terras planas bem como facilitava o abastecimento da água para uma ou mais propriedades.

Poleza (2003, p. 45) afirma que esta forma de colonização, como será descrito mais a frente, determinou as ameaças e vulnerabilidades territoriais, particularmente de Rio do Sul.

Destarte, a ocupação do Alto Vale do Itajaí não fora tranquila, pois tanto os primeiros imigrantes europeus como os povos originários, enfrentaram muitos desafios: mata densa, a disputa do território, a violência, as doenças, o isolamento. É importante destacar nesta contextualização histórica do município de Rio do Sul, que sua formação estava vinculada a um cenário, onde o Brasil passava por transformações políticas e econômicas⁸ sobretudo no período pós escravagista, pois como traz Fiorini:

⁸ Não cabe desenvolver neste trabalho de conclusão de curso a descrição sobre o processo de distribuição de terras em Santa Catarina, mas vale ressaltar brevemente que Segundo Martins (1995) e Queiroz (1977), a Lei de Terras constituiu mudanças significativas no regime de propriedades no Brasil. E em Santa Catarina este processo sofre grande influência nos governos estaduais controlados pelos Coronéis e Fazendeiros. Diante deste contexto a distribuição das terras fica centralizada entre os pares. Ou seja, entre aqueles que já as controlavam no estado. Outro fator sobre a forma distribuição de terras em Santa Catarina, segundo (Queiroz, 1977p. 63 - 65), foi o fato de no final do século XIX da parceria entre Brasil e a Alemanha, ao qual estabelecem uma parceria comercial de agenciamento de imigrantes, pela Empresa Sociedade Colonizadora Hanseática, que adquiria terras catarinenses, e a vendia a agricultores alemães, intensificando o ciclo de imigração na Região do Vale do Itajaí.

Com o fim do escravismo, os donos dos latifúndios, precisavam então substituir esta mão de obra. A alternativa encontrada foi a intensa propaganda na Europa com objetivo de atrair os camponeses para trabalharem no Brasil, que vieram em número praticamente igual ao número de trabalhadores ex-escravos. (FIORINI, 2015, PG. 14)

As rupturas e as mudanças que ocorreram na produção social e no contexto histórico Europeu nos séculos XVIII e XIX, produziram teorias advindas de idealistas do capitalismo industrial, no que tange a economia e a acumulação das riquezas. Estes ideais influenciaram na forma de pensar os processos de ocupação dos territórios em países subdesenvolvidos.

Segundo Lago (1968 p.104,) por volta de 1870, Blumenau 20 anos após a sua instalação, havia cerca 92 fábricas produzindo diversos tipos de produtos e um grande rebanho de bovinos. Ficando para trás as lembranças de seus países onde assolavam a miséria e estado de escravidão da Europa rural. Segundo Caruso, M. & Caruso, R. (2007, p. 132) o fim do século XIX na Europa era marcado por pequenas cidades rurais, que se constituíam de miseráveis e sórdidas vielas, com milhares de casebres grudados uns ao outros, unidos por corredores escuros de onde se desprendia um cheiro pútrido e nauseante. As pessoas viviam amontoadas em pequenos cômodos dividindo-os com seus animais como porcos e burricos.

Vale ressaltar ainda neste contexto histórico, que surge o município de ⁹Rio do Sul, como tantos outros na região do Vale do Itajaí e porque não dizer no Brasil, não surge de forma natural ou por acaso, é a partir de uma estratégia desenvolvimentista de expansão do Capital nesta região. Essa estratégia priorizava-se a intensificação nas instalações das indústrias para produção de mercadorias, bem como a criação de gado que fortalecia economia local e regional. Mais a frente no decorrer do texto poderá se perceber que as opções feitas pelos investimentos nas áreas industriais contribuíram ou influenciaram para a intensificação dos desastres frequentes na região.

Neste sentido é importante considerar ainda, que a colonização em Santa Catarina se configurou de forma diferenciada, dependendo do local e das características culturais e do tempo em que foi acontecendo.

⁹ Para melhor compreensão a cerca do desenvolvimento industrial da cidade de Rio do Sul recorre-se a elementos históricos de Blumenau, pois não se localizou durante a realização deste trabalho fontes que indicassem tal registros.

3. DESASTRES AMBIENTAIS: NATURAIS OU CONSTRUÍDOS?

3.1. Mudanças Climáticas no contexto mundial e nacional

A temática sobre as mudanças climáticas e os riscos sócios ambientais vem tomando relevância nestes últimos cinquenta anos. Tanto no que se refere às pesquisas científicas sobre o clima, quanto nas constantes situações de eventos climáticos e as diversas características dos mesmos.

A aceleração do crescimento econômico capitalista é um fator que coloca em risco as condições de vida, seja humana ou do ecossistema do planeta. Segundo as estimativas apresentadas no último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC¹⁰, os números não são nada positivos, os cientistas preveem para as próximas oito décadas um aumento na temperatura do planeta que chegará até 2°C em média. Isso significaria um aumento de 0,3°C no século XXI.

Entretanto se analisarmos as atuais condições da terra, há uma série de intempéries¹¹ no clima que vem ocorrendo. O campo da agricultura principalmente é um dos seguimentos mais prejudicados diretamente, pois o cultivo dos alimentos entre outros depende das condições climáticas para produzir.

Segundo alguns dados apontados pelo relatório do IPCC, no cultivo do arroz e do trigo as perdas chegarão até 2 % por década. Sendo que a necessidade aumenta em 14% no mesmo período em vista do crescimento populacional. O relatório apresenta ainda que os países mais pobres são os que mais sofrem com esses impactos na produção de alimentos, agravando a probabilidade de uma insegurança alimentar mundial.

Outro setor que vem sendo afetado drasticamente é o hídrico, no que se refere ao abastecimento de água, tanto nas áreas rurais quanto nas áreas urbanas. Hoje já encontramos muitos países em que as populações sofrem ou são ameaçadas por uma irreversível escassez. Esta situação vem agravando inclusive os ciclos migratórios no mundo.

¹⁰O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) foi criada em 1988 para fornecer uma avaliação exaustiva dos estudos, conhecimentos científicos e técnicos sobre as mudanças climáticas, suas causas, os impactos e as possíveis estratégias de resposta. Desde o início de seu trabalho em 1988, o IPCC preparou cinco relatórios de avaliação em vários volumes sobre as mudanças climáticas.

¹¹A palavra intempérie tem origem no termo em latim *intemperies*, sendo que *temperies* remete para uma temperatura ideal, boa, e *in* é a partícula de negação. Desta forma, uma intempérie é caracterizada por uma irregularidade das condições climáticas.

Outra questão que vem preocupando organizações sociais, ativistas ambientais, são as ameaças ao ecossistema. É possível já termos uma série de importantes espécies extintas e outras em extinção, por conta do acelerado ataque ao ecossistema, principalmente com a derrubada de florestas para abrir espaço aos grandes latifundiários.

Vale ressaltar que a Organização das Nações Unidas - ONU vem criando espaços institucionais de Cúpula que objetiva constituir acordos e protocolos internacionais. Além disso, criar mecanismos de monitoramento que visem à redução e a mitigação dos impactos ambientais, sociais e econômicos. Ainda propõem, ações de incrementos da resiliência por parte de gestores públicos, na implementação de políticas públicas e da mobilização de populações em torno desta questão.

Para ampliar a reflexão sobre o contexto das mudanças climáticas é necessário levar em conta um dos principais fatores destes processos. O que não pode ser ignorado é o modelo de desenvolvimento econômico capitalista, ao qual se apresenta como hegemônico, que está centrado no acúmulo de riquezas e na exploração.

E quando tratamos de exploração das riquezas naturais, fala-se principalmente da extração de minérios, percebemos que neste campo os impactos são ainda maiores. Pois se trata de atividades que provocam a expulsão de povos tradicionais, que em sua concepção cultural, sempre foi de convívio e manejo com o ecossistema dos territórios onde vivem. Um exemplo disto:

Conforme o relatório da Anistia Internacional, o crescimento econômico do Brasil, a expansão do agronegócio e a construção de grandes obras, aumentam o risco para os indígenas. A ameaça, segundo o documento, não se refere somente ao projeto em si, mas dos efeitos colaterais. Muitas pessoas migram para a região foco dos investimentos, aumentam as invasões por madeireiros e garimpeiros [...] um dos projetos mais polêmicos se refere à Hidrelétrica de Belo Monte que irá mexer com grandes contingentes populacionais atingindo a vida e o habitat de indígenas e não indígenas moradores da região. (CIMI 2011, p. 58).

Estes impactos sociais gerados, aliados aos econômicos, como a concentração privada da riqueza, a distribuição pública dos impactos, a urbanização acelerada e descoordenada, bem como a desagregação sociocultural, trazem enormes prejuízos aos povos das florestas. O processo de extrações de minerais também tem grandes consequências no aceleramento da degradação ambiental, causam problemas como a poluição de nascentes,

riachos e rios, solo e subsolo, do ar, da fauna e flora e principalmente a descaracterização do território.

Para uma melhor compreensão a contribuição de Araújo & Belo (2009. p.274) “Os Grandes Projetos são empreendimentos econômicos de larga escala que visam à produção (geração de capital) por meio da exploração dos recursos naturais”

Muitos dos grandes projetos criaram um *apartheid* social, no qual não conseguem transferir o bem-estar para as populações circunvizinhas, que vivem na mais absoluta pobreza, em cima de grandes riquezas, pela incapacidade de geração de empregos e rápida degradação ambiental, e conseqüente diminuição da qualidade de vida da população, gerando pobreza e miséria para a maioria. As diferenças sociais sejam em nível local ou global, produzidas no modo de produção capitalista, mormente em uma fase altamente monetarista e/ou especulativa, salientam a crueldade do crescimento econômico desacompanhado de políticas que priorizem a repartição da renda e dos benefícios advindos de tal crescimento. O processo de produção capitalista exibe de forma hierarquizada dois elementos basilares e contraditórios. (ARAÚJO & BELO Apud. MORAES NETO, 1989, p. 23)

Como já apresentamos nesta seção os desastres não são em sua maioria naturais, mas construídos historicamente pelos homens. Mézaros (2002) no livro para *Além do Capital* apresenta que as unidades de reprodução do capital as indústrias, estão condicionadas a considerar que os entraves e barreiras externas precisam ser superadas: “a natureza e os seres humanos só poderiam ser considerados ‘fatores de produção’ externos em termos da lógica auto-expansionista do capital” esta racionalidade do capital, traduz de maneira parcial, a contradição se revela nas ponderações elementares e vitais no que se refere “à restrição racional e correspondente controle racional dos recursos humanos e materiais globais”. Mézaros (2002) trás que o conceito da destruição produtiva empregada pelos defensores do capital perdeu toda a credibilidade uma vez que o

[...] fator destrutivo dos ‘custos totais da produção’ – a ser enfrentado dentro de limites progressivamente restritivos – torna-se cada vez mais desproporcional e em última análise proibitivo. “Historicamente passamos da prática de destruição produtiva da reprodução do capital para uma fase em que o aspecto predominante é o da produção destrutiva cada vez maior e mais irremediável”. (MÉSZAROS, Apud COELHO Op. cit., p. 217.)

Promover a aceleração e o crescimento econômico capitalista é decisão que coloca em risco o planeta e destrói as condições de vida de milhões de pessoas e comunidades.

3.2. O Vale do Itajaí e as principais enchentes

Para abordarmos sobre as principais ocorrências de cheias registradas é necessário buscar algumas informações consideradas relevantes para descrição desta subseção. Segundo o Atlas de Santa Catarina publicado em 1997:

A bacia hidrográfica do Rio Itajaí-Açu abrange uma área de 15.500km². É a principal bacia da Vertente Atlântica do estado de Santa Catarina, situando-se entre as bacias do Rio Itapocu, ao Norte (2.930km²), e a Bacia do Rio Tijucas, ao Sul (2.420Km²). Essas três bacias juntas somam mais de 60% da área da Vertente Atlântica no Estado. Estão limitadas pela Serra do Mar, ao Norte, e pela Serra Geral, a Oeste e Sul do Estado. (SANTA CATARINA, 1997)

A localização do Vale do Itajaí fornece as condições favoráveis para intensas ocorrências das enchentes, e muitos são os aspectos que influenciam neste ciclo. Dentre elas, a disposição geográfica e geológica, o relevo com distintas montanhas que cercam os vales são também fatores influentes nesse processo. As intensidades da mata atlântica em muitos lugares ainda conservados, apesar do avanço do cultivo do pínus e eucalipto, fornecem as condições do clima quente e úmido na primavera e verão, além dos milhares de veios d'água que formam as nascentes, que se tornam os afluentes do Rio Itajaí Açu.

Aumond e outros pesquisadores reforçam que

A paisagem que observamos hoje é resultado de processos geológicos e climáticos, que formaram um relevo acidentado, com encostas muito inclinadas, extremamente dobradas, frequentemente entalhadas em forma de 'V' fechado e geralmente associadas a pequenas e estreitas várzeas em torno de ribeirões e rios, sujeitas às inundações frequentes. (AUMOND et al., 2009, p. 28).

De acordo com contexto apresentado por Aumond percebe-se um pré-disposição da região a ocorrências de enchentes. Bem como no histórico das enchentes na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí Açu, elas ocorrem de maneira periódica, segundo Silva, (1975 p.9), as enchentes no Vale do Itajaí ocorrem desde 1852. Estas ocorrências acontecem em ciclos curtos ou longos, o que ao longo da história influenciou o comportamento das populações locais de formas variadas de acordo com o contexto e o nível de organização ou não.

Para Frank (1995) estes ciclos ocorrem de maneira natural e fazem parte deste bioma da Mata Atlântica. São as ações humanas construídas que influenciam neste processo. Outro relato em que se percebem tais influências é no apontamento feito por Poleza (2003) de que os desmatamentos descontrolados, as práticas de manejo do solo na bacia hidrográfica, as queimadas, o excesso de produção agrícola, as mudanças nos cursos de afluentes e as drenagens, escavação e movimentação de solos e rochas, as ocupações urbanas irregulares nas calhas dos rios, alta precipitação pluviométrica, contribuem para que os impactos das cheias sejam maiores.

[...] as enchentes são os mais graves problemas do Vale do Itajaí. Problemática histórica, ela é hoje agravada pelas agressões ambientais observadas na região. Como o desmatamento, a ocupação desordenada das encostas, o crescente processo de erosão e o conseqüente assoreamento das calhas dos rios. Por um lado, agrava-se a falta de água para abastecimento e a irrigação nas regiões mais altas (durante os períodos de estiagem) [...] (CAUBET & FRANK, 1993, p.7).

Por um lado se as chuvas determinaram como povo se comportava, por outro, o comportamento em relação com a natureza tem influência em como as enchentes afetam as pessoas por suas próprias ações.

Isso pode ser observado ao longo da história através da memória do povo que vive na região, bem como nos arquivos de notícias, artigos e documentos escritos. Tais documentos apresentam que as enchentes no Vale do Itajaí não são algo novo, pontual ou acontecimento inesperado, mas que fazem parte deste contexto. Como podemos observar na tabela sobre os registros das cheias ocorridas em Blumenau, complementada pela autora.

TABELA DE REGISTROS DAS ENCHENTES EM BLUMENAU

Ano	Data	Cota *	Ano	Data	Cota	Ano	Data	Cota
1852	29/10	16.30	1936	06/08	10.15	1973	28/07	09.10
1855	20/11	13.30	1939	27/11	11.20	1973	29/08	12.24
1862	11	9.00	1943	03/08	10.25	1975	04/10	12.40
1864	17/09	10.00	1946	02/02	9.20	1977	18/08	09.00
1868	27/11	13.30	1948	17/05	11.60	1978	26/12	11.15
1870	11/10	10.00	1950	17/10	9.20	1979	10/05	09.75
1880	23/09	17.10	1953	01/11	9.40	1979	09/10	10.20

1888		12.80	1954	08/05	9.30	1980	22/12	12.02
1891	18/06	13.80	1954	22/11	12.28	1983	04/03	10.35
1898	01/05	12.80	1955	20/05	10.36	1983	20/05	12.46
1900	6	12.80	1957	22/07	9.10	1983	09/07	15.34
1911	29/10	9.86	1957	02/08	10.10	1983	24/09	11.50
1911	02/10	16.90	1957	18/08	12.86	1984	07/08	15.46
1923	20/06	9.00	1957	16/09	9.24	1990	21/07	8.82
1925	14/05	10.30	1961	12/09	10.10	1992	29/05	12.80
1926	14/01	9.50	1961	30/09	9.40	1992	01/07	10.62
1927	09/10	12.30	1961	01/11	12.18	1997	01/02	9.44
1928	18/06	11.76	1962	21/09	9.04	2001	01/10	11.02
1928	15/08	10.82	1963	29/09	9.42	2008	24/11	11.52
1931	02/05	10.70	1966	13/02	9.82	2009	20/09	8,06
1931	14/09	10.90	1969	06/04	9.89	2010	25/04	8,46
1931	18/09	11.28	1971	09/06	10.10	2011	30/08	8,50
1932	25/05	9.85	1972	02/08	10.80	2011	08/09	12,60
1933	04/10	11.65	1972	29/08	11.07	2013	22/09	10,51
1935	24/09	11.40	1973	25/06	11.05	2014	28/06	8,13
						2015	23/10	10,03

*Nível Máximo

Fonte: (SILVA, 1975) (FRANK, 2003); (AULMOND et., 2009).¹²

Diante desta exposição Frank (2009) destaca que a questão das enchentes no Vale do Itajaí é preciso ser compreendida por três aspectos. Um deles é a colonização estrangeira e identidade étnica da população, outro seria o desenvolvimento sócio econômico baseado na indústria têxtil e a produção do território urbano, além da destruição do meio ambiente e o problema das enchentes. Apenas dizer que, as ocorrências de enchentes são fatos atribuídos a

¹²Essas enchentes contabilizadas na tabela apresentada são as que ocorrem na cidade de Blumenau nas respectivas datas. Mas é possível verificar que outras enchentes foram registradas nas demais áreas da bacia hidrográfica do Rio Itajaí Açu, podendo aproximar-se da média de uma enchente com abrangência mais localizada a cada dois anos.

causas naturais ou imprevisíveis não é suficiente, para entender como programas e ações elaboradas para prevenção dos riscos e a diminuição dos impactos é ineficiente. Uma vez que se justifica por meio da riqueza gerada pelo padrão desenvolvimentista os aumentos dos impactos e o poder destruição.

Outra questão a ser abordada e no que se refere a “indústria das enchentes” como vimos no texto acima, e também como apresenta a tabela sobre os registros de enchentes em Blumenau, não podemos dizer que estes eventos são algo inesperado. Os repetitivos desastres causados pelas chuvas têm demonstrado o quanto nossa gestão pública não apresenta estratégias eficientes para a convivência neste território. É importante a reflexão feita pelos autores que abordam esta problemática com Fraga & Köhler (1999); Santos, Tornquist e Marimon (2014), sobre a questão da indústria das enchentes, pois há uma grande semelhança no funcionamento como o da “indústria da seca”, ou seja, utiliza-se dos mesmos métodos.

Na região nordeste do Brasil a seca é uma situação que já deixou marcas profundas na história. A corrupção sempre caminhou irmanada a uma situação de calamidade e miséria humana e ambiental, as situações de seca se tornam uma moeda de troca eleitoral. O estado de “emergência” nem sempre atendeu com efetividade a situação de calamidade que se apresentava.

Com a dispensa da Lei 8.666/93 que instituem as normas para contratação dos serviços públicos, o estado de situação de emergência¹³ e de estado calamidade pública¹⁴, dispensa a obrigação de licitação pública para a contratação serviços de atendimentos a população. Contratam empresas e obras sem a devida necessidade ou que apresente resolutividade, com isso abre o caminho para a “indústria das enchentes”. Este processo aliado há ausência ou omissão do estado, pode se tornar um problema maior que a calamidade ocorrida, devido à má administração de recursos destinados para isto.

Nos períodos das enchentes ocorrem algumas situações sintomáticas de apelo público, que levam a tragédia para um campo perigoso de sensacionalismo que é produzido em torno do ocorrido. A gravidade do impacto gerado pela enchente gera uma intensa mobilização em torno da comoção pública, capitaneada principalmente pelos meios de comunicação de

¹³ O termo é classificado pela lei como reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos suportáveis à comunidade afetada. CEPED/ UFSC (2012, p. 41).

¹⁴ Trata-se do reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes CEPED/ UFSC (2012 p.41).

abrangência local e nacional. Somado a sensibilização dos cidadãos abre caminho para o que vem sendo denominado “indústria das enchentes”. Neste contexto as instituições como empresas, ONGs, igrejas, associação de classe lideram mobilizações tanto para coletas através de doações, alimentos e materiais não perecíveis quanto recursos financeiros, oriundas dos mais diversos lugares do Brasil. E junto a este processo ocorrem também as mobilizações políticas, ou seja, a captação das verbas oficiais oriundas do governo federal, estadual em função das possibilidades legais que as situações de calamidade permitem. Segundo Schiochet, (2009).

[...] as enchentes de novembro de 2008, onde se pode observar uma grande campanha, realizada em todo território nacional, em prol das vítimas da enchente de Santa Catarina. Nessa oportunidade, o Governo Federal liberou, através da Medida Provisória 448 (MP 448/2008), o valor global de R\$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos e milhões de reais). Também autorizou o saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS em todas as cidades atingidas, chegando ao montante de R\$ 700 milhões e a Caixa Econômica Federal realizou diversas ações e operações de créditos que alcançou o valor de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais) (SCHIOCHET, 2009). O Governo Estadual propiciou, através da Medida Provisória Nº 148 (MP 148/2008), o que se chamou de auxílio reação: o valor de R\$ 415,00, para os cidadãos que tiveram suas casas destruídas ou interditadas pela Defesa Civil. As doações da sociedade civil para o Fundo Estadual de Defesa Civil, até 17 de abril de 2009, somavam o valor de R\$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de reais), que foram liberados pela MP 148/2008 para compra de terrenos para construção de moradias em cinco cidades do Vale do Itajaí (Blumenau, Gaspar, Luís Alves, Timbó e Brusque) (SCHIOCHET, 2009, Apud SANTOS, TORNQUIST e MARIMON, 2010 p. cit., p. 210.)

Contudo, o mais comum após estes períodos de enchentes e dos processos de reconstrução é o “esquecimento” e os poucos esforços por partes dos gestores dos governos municipais e estaduais em realizar algum movimento em torno de prestar contas das verbas arrecadadas, bem como sobre o plano de aplicação do recurso.

Por fim, Silva (1975), Largo (1983), Frank & Vibrans (2003), Wedekin (1992) apresentam nas entrelinhas de suas conclusões, no que diz respeito uma sequência histórica de decisões políticas tomadas que influenciaram nos impactos de ocorrências das enchentes no Vale do Itajaí. Trazem a ideia de que desde o início da colonização, registra-se a participação de organizações representadas, em um vasto campo de atuação seja na convivência com os ciclos das enchentes, bem como no seu enfrentamento. As ações de governança política em muitos momentos se omitiram do seu papel, e muitas das ações de integração do território foram substituídas por ações isoladas, ou ações que atendiam prioritariamente a iniciativas privadas e os interesses econômicos de determinados grupos.

4. POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA E PROTEÇÃO CIVIL

Quando falamos em Defesa Civil a primeira ideia é a busca por “autoproteção” e a partir disso que surgem as motivações e elementos para a organização da sociedade como tal. Proteger significa buscar estratégia para se estabelecer em uma situação segura. Na história da humanidade esta busca sempre esteve presente no sentido fundamental da organização da vida civil. O surgimento de organizações militares fundamenta-se na proteção de um sujeito ou de muitos, ou até mesmo para proteção de bens ou territórios.

A proteção e a efetividade da mesma, estabelecida no seu interior, dependeram quase sempre das relações construídas no campo econômico, político, das relações estabelecidas em territórios urbanos e rurais e também dependendo dos padrões civilizatórios de cada sociedade. Em virtude disso, a capacidade de produzir a Proteção Civil, em cada sociedade é um apurado indicador dos padrões de desenvolvimento social e viabilização dos direitos a cidadania.

No Brasil a Defesa Civil¹⁵ é entendida como um conjunto de ações de prevenção de socorro, assistenciais e reconstrução da vida, estas ações são planejadas em vista de evitar ou minimizar os impactos dos desastres¹⁶ sócios ambientais, e de preservar a integridade física e moral da população, bem como restabelecer a normalidade social. (BRASIL, 2010).

Ainda segundo Brasil (2010) A Defesa Civil atravessou muitas transformações ao longo de sua constituição. Os primeiros passos do que viria a ser a Defesa Civil no Brasil datam de 1824, no Artigo 179º, da Constituição Política do Império do Brasil que garantia os socorros públicos. Em 1891, o Artigo 5º da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil incumbem a União de prestar socorros ao Estado que, em caso de calamidade pública, os solicitassem.

¹⁵Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (Michaelis) a palavra Defesa origina-se do latim: *lat defensa*. A definição consiste na ação de defender ou de defender-se; tudo o que serve para defender; resistência a um ataque; sustentação do que é impugnado ou contestado; contestação ou impugnação do que é acusado; no Campo do Direito: Exposição dos fatos e produção de provas em favor de um réu; o advogado ou procurador de um réu em juízo; impedimento, proibição; preservativo, proteção, resguardo.

¹⁶ A Política Nacional de Defesa e Proteção Civil define desastre como sendo o “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais”. (Conselho Federal de Psicologia, 2011, p.13).

A primeira vez que se ouviu falar em Defesa Civil foi na Inglaterra por volta de 1940 e 1941 quando as principais cidades e centros industriais foram atacados, causando a perda de milhares de vidas. As autoridades inglesas a partir deste fato organizaram um conjunto de procedimentos para diminuir as mortes. Este plano ficou conhecido como Defesa Passiva 17, que atuava basicamente em três frentes: prevenção, alarme e socorro. A *Civil Defense* Britânica foi protagonista no mundo e deixou um modelo que foi seguido por diversos países.

No Brasil o diálogo acerca do tema, iniciou-se a partir de algumas estratégias de proteção e defesa no período da Segunda Guerra Mundial.

Em 1943 o governo brasileiro, criou o Serviço de Defesa Passiva Antiaérea, que estabelece normas e protocolos de conduta. E alguns anos depois cria o Serviço de Proteção Civil com suas competências e sua estrutura de organização que se estende em vários estados do país. Em 1988, com a formulação da Constituição Federal, se estabelecem novas incumbências a este organismo, ao qual ficam reguladas em Lei para a execução de atividades de Defesa Civil, quanto à realização de ações estratégicas na perspectiva da redução dos Riscos e Desastres por parte deste órgão.

Ao longo deste processo da estruturação da Defesa Civil no Brasil, década de 1940 até 1970, os desastres eram compreendidos como sinônimo de eventos extremos da natureza imprevisíveis e inevitáveis. A sociedade em si se encontrava apenas no papel de dependência em relação ao estado bem como a tragédia.

Já nos anos 1980 a 1990 a concepção sobre os desastres passa a ser lida a partir da ótica da capacidade de resposta tanto pelas estruturas do estado como da sociedade envolvida. E o foco da atuação visa em constituir estratégias na redução da vulnerabilidade. Já no início do novo século, a concepção sobre a questão dos desastres incorpora novos conceitos. Os desastres passam a ser visto como um produto fruto das transformações e crescimento da sociedade, da relação com meio ambiente, e que este processo, interfere, modifica e intensifica as ameaças e os riscos.

O relatório do Senado (2011) nos apresenta que no decorrer dos últimos anos vem sendo construídos esforços coletivos por parte dos governos e órgãos internacionais como a Organização das Nações Unidas - ONU em criar marcos legal e metas de ação como as

acordada em Hyogo¹⁷ que servem de instrumentos para as nações atuarem na prevenção de desastres. Estas propostas visam dialogar com as necessidades locais, promovendo ação integrada entre os entes federativos com o objetivo de aumentar a resiliência das comunidades afetadas.

A convocação da sociedade para realização ¹⁸1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária (CNDC), que ocorreu em Brasília/DF de 23 a 25 março de 2010. Esta conferência envolveu os estados e municípios, teve como lema: *Vamos construir políticas públicas para o fortalecimento da Defesa Civil no país* e com os seguintes eixos de estudo: a) Participação da sociedade civil desde o planejamento; b) Reativação do Fundo Nacional de Defesa Civil; c) Criação da carreira de agente.

Esta 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária contou com a participação de 1.177 delegados presentes, configurando-se como marco histórico na Defesa Civil em âmbito nacional e local, pois contou também com a realização de conferências preparatórias em 1179 municípios.

Este processo de mobilização e participação em BRASIL (2010), contribuiu para desencadear inúmeras parcerias entre a sociedade civil na busca pela implementação das propostas resultantes da 1ª CNDC, bem como fortaleceu a criação de instrumentos para o acompanhamento, monitoramento da implementação das diretrizes aprovadas na conferência.

Em 2012, a presidência da república decreta e sanciona a Lei Nº 12.608, 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil –PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil- SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC de acordo com BRASIL (2012). No capítulo III da Lei, que trata do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, define as competências e finalidades do Sistema.

Art. 10. O SINPDEC é constituído pelos órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas entidades públicas e privadas de atuação significativa na área de proteção e defesas civil. Parágrafo único. O SINPDEC tem por finalidade contribuir no processo de planejamento, articulação, coordenação e execução dos programas, projetos e ações de proteção e defesa civil.
Art. 11. O SINPDEC será gerido pelos seguintes órgãos: I - órgão consultivo:

¹⁷ Marco de Ação Hyogo, Conferência Mundial para Redução de Desastres, conduzida pela Organização das Nações Unidas em Hyogo, Japão, no período de 18 a 22 de Janeiro de 2005, estabelece metas mundiais de redução de riscos de desastres no período de dez anos.

¹⁸ O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2009, lança o Decreto de 27 de outubro de 2009.

CONPDEC; II - órgão central, definido em ato do Poder Executivo Federal, com a finalidade de coordenar o sistema; III - os órgãos regionais estaduais e municipais de proteção e defesa civil; e IV - órgãos setoriais dos 3 (três) âmbitos de governo. Parágrafo único. Poderão participar do SINPDEC as organizações comunitárias de caráter voluntário ou outras entidades com atuação significativa nas ações locais de proteção e defesa civil. (BRASIL, 2012).

No que se refere à formação do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil¹⁹ que tem seu início em 2002, com a nova legislação ganha nova configuração e concepção.

No entanto observa-se que esta lei apresenta algumas fragilidades no que se refere à representação da sociedade civil ferindo o princípio da paridade, pois a atual composição da sociedade civil está representada por cinco (05) integrantes, enquanto o estado se faz presente através de quatorze (14) órgãos incluindo ministérios, instância de gestão e pesquisas.

Outro instrumento importante a ser apresentado no conjunto da estruturação da Política Nacional de Defesa e Proteção Civil é o Sistema Integrado de Informações sobre Desastres. Este sistema foi organizado na perspectiva do melhoramento da gestão dos recursos, bem como na facilitação do acesso a informação e na qualificação das respostas em situação de emergências. Ele também presta serviços de capacitação de equipes, banco de dados territoriais e pesquisas através de biblioteca virtual.

As organizações da sociedade civil também são fundamentais para os avanços na política nacional. Neste sentido destacam-se duas organizações importantes que contribuíram nesta trajetória, além de muitas outras que também contribuíram com a mobilização local e federal.

¹⁹O Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil- CONPDEC, é órgão colegiado integrante do Ministério da Integração Nacional, tem por finalidade: I - Auxiliar na formulação, implementação e execução do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil; II - Propor normas para implementação e execução da PNPDEC; III - Expedir procedimentos para implementação, execução e monitoramento da PNPDEC, observado o disposto nesta Lei e em seu regulamento; IV - Propor procedimentos para atendimento a crianças, adolescentes, gestantes, idosos e pessoas com deficiência em situação de desastre, observada a legislação aplicável; e V - Acompanhar o cumprimento das disposições legais e regulamentares de proteção e defesa civil. E órgãos representados no CONPDEC: Ministério da Integração Nacional, que o coordenará; Casa Civil da Presidência da República; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Ministério da Defesa; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério das Cidades; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Saúde; Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; 2 (dois) representantes dos Estados e Distrito Federal, integrantes de órgãos estaduais de proteção e defesa civil; 3 (três) representantes dos Municípios, integrantes de órgãos municipais de proteção e defesa civil; 3 (três) representantes da sociedade civil; 2 (dois) representantes das comunidades atingidas por desastres. Fonte: Ministério da Integração Nacional.(BRASIL, 2012).

O Movimento Nacional de Afetados por Desastres Socioambientais (MONADES) foi criado em novembro de 2011. Este movimento se articula após dois desastres graves registrados no Brasil. O primeiro ocorrido em 2008 com a tragédia do Morro do Baú município de Ilhota, Santa Catarina. O segundo, a tragédia na Região Serrana do Rio de Janeiro que atingiu os municípios de Nova Friburgo, Teresópolis, Petrópolis e Sumidouro. Este último evento é caracterizado pelo Anuário de Desastres Naturais 2011 como:

[...] O “Megadesastre” provocou 912 mortes e deixou mais de 45.000 desabrigados e desalojados, caracterizando-se como o maior desastre registrado no Brasil e consolidando, infelizmente, a Serra Fluminense como a região brasileira com o maior quantitativo de vítimas fatais provocadas por desastres naturais (40% do total nacional entre 1988 e 2012). (FAPERJ/CNPQ 2010, p. 63)

O MONADES surge impulsionado por estas condições. No decorrer do tempo em que a resposta e a reconstrução da vida ocorrem de maneira muito morosa por parte do estado o movimento dos atingidos e afetados estabelecem um processo de organização²⁰.

O movimento contribuiu no processo de incidência política bem como na implementação de ações por parte do Estado, a exemplo da instalação de radares meteorológicos no Brasil. Estes radares são coordenados pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) utiliza dados da natureza meteorológica de 27 radares em operação no Brasil. Um destes radares foi instalado em 2014 em Lontras, que visa dar cobertura a 77% do território de Santa Catarina. Outro espaço importante de atuação foi à representação no Conselho Nacional Proteção e Defesa Civil - CONPDEC.

O MONADES conta com apoio de outros movimentos que discutem as questões do clima, para contribuir na articulação nacional. Outro movimento que tem contribuído nesta perspectiva na construção e fortalecimento da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil é o Conselho Federal de Psicologia, através da construção teórica acerca do tema em relação às comunidades afetadas e atingidas.

Fortalece ainda na mobilização de agentes públicos e lideranças para proposição e implementação das políticas e também na articulação junto a outras entidades congêneres no assessoramento e capacitação em relação Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Vale

²⁰O Movimento Nacional de Afetados por Desastres Socioambientais possui poucos registros de sua trajetória histórica. A autora esta embasada em experiências pessoais de participação nos espaços de assembleias, reuniões e mobilizações do movimento bem como no acompanhamento de integrantes do MONADES de Santa Catarina.

destacar a realização do I e o II Seminário Nacional de Psicologia em Emergências e Desastres realizados em Brasília em 2011, que fortaleceu o trabalho de mobilização e fortalecimento da política pública.

No início desta seção foi relatado o processo de estruturação da Defesa Civil no Brasil, no entanto esta questão se apresenta de forma ainda muito complexa. A partir de 1988 sobre a vigência da nova Constituição Federal, o estado brasileiro passa juridicamente a numa nova fase de consolidação do estado de direito, entretanto nas estruturas que alicerçam o estado permanecem no mesmo estágio anterior. A defesa civil neste contexto vive o desafio de ainda se caracterizar por uma instância militarizada, muitas coordenadorias estaduais e municipais em âmbito nacional estão sob o comando de um militar.

Sabe-se que o setor de defesa, ou a Defesa Nacional, é atividade do Ministério da Defesa, em países efetivamente democráticos. Que o MD é responsável pelo planejamento e pela execução dos assuntos voltados para a defesa da nação, em que as Forças Armadas têm um papel de destaque nessa garantia. Cabe aos civis executarem as atividades de coordenação e de elaboração dos planejamentos de defesa, bem como administrar o orçamento de defesa com total independência. O que ocorre é justamente o predomínio das Forças Armadas, em todos esses requisitos (NÓBREGA, J. M. P. Da, 2010, p.125)

Nóbrega acrescenta ainda que “os defeitos genéticos do Ministério da Defesa” no que se refere à coordenação do setor de defesa, ou a segurança pública estatal, mostra-se bastante militarizada. Considerando que a Defesa Civil está alocada no Ministério de Integração Social, não teríamos esta influência, no entanto ao longo da história a Defesa Civil no Brasil, carrega em seu bojo a gênese do Ministério de Defesa e a prática do comando militarizado. Neste contexto a atuação da Defesa Civil junto às comunidades se dá muitas vezes de forma fragilizada, como destaca Jesus (2015).

As relações com as comunidades, historicamente, caracterizam-se por relações hierarquizadas, não flexíveis e fechadas às mudanças, não somente no âmbito da política pública de Defesa Civil, mas com maior ênfase nela. Um dos motivos é a formação das equipes técnicas que compõem o sistema de Proteção e Defesa Civil serem, notadamente, compostas por integrantes do Corpo de Bombeiros, Guarda Municipal e segurança pública no geral, em que predomina um comportamento militar. (JESUS, 2015 p. 27)

Esta condição apesar dos esforços construídos com a realização das conferências e outros espaços de gestão, percebe-se uma fragilidade no que se refere ao fortalecimento da participação da sociedade civil em todas as fases da implementação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

4.1. A Gestão de Risco e Desastres Socioambientais no Município de Rio do Sul

Esta seção tem como objetivo abordar os aspectos da formação política do território, bem como alguns conceitos no que se refere à Gestão de Riscos e Desastres e como a Defesa Civil de Rio do Sul, norteará seu trabalho a partir da estrutura física e o processo de implementação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, além das demais ações que visem o gerenciamento dos Riscos.

Como vimos na seção 2.2 o município de Rio do Sul, está inserido em um território marcado, pelos costumes culturais trazidos pelos imigrantes europeus, pelos costumes dos povos que já habitavam esta região e pela trajetória das ocorrências de enchentes que abalam o Vale do Itajaí.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE, Rio do Sul possui uma área de 260.970(km²), com altitude de 339,88 e um clima temperado. A população estimada em 2015 é de 67.237 e distribuída em uma densidade demográfica habitante/ (km²) de 235,05. Com uma incidência da pobreza de 24,51 %. Sua economia centrada na produção industrial e prestação de serviços. É identificado pela organização política como a Capital do Alto Vale.

Na sua relação com Rio Itajaí Açu, Rio do Sul está situado em um ponto ao qual, os Rios Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste se unificam formando o Rio Itajaí Açu. Para chegar ao Oceano Atlântico, percorre cerca de 200 km banhando em seu leito nove municípios do Vale. Esta junção dos rios é um dos fatores que intensifica o volume das águas que cortam a cidade, e que em longos períodos de chuvas provocam as grandes enchentes.

É importante ressaltar que a forma de ocupação do território de Rio do Sul, segundo Mattedi (1999) sobrecarregou a capacidade regenerativa bem como a utilização dos recursos ambientais. Hoje aproximadamente 80% da área urbana do município está disposta na calha de escoamento, ou seja, na planície de inundação natural.

O município de Rio do Sul a partir de 2011 reorganizou o processo de atuação na Gestão de Riscos e Desastres Sócios Ambientais. Não que antes não houvesse iniciativas importantes, mas a partir desse período configura-se uma nova perspectiva, em virtude dos impactos sofridos nesse ano.

Para compreender o tema Gestão de Riscos e Desastres é necessário buscar os fundamentos do processo evolutivo do conceito. A Gestão de Riscos e Desastres foi-se aprimorando, à medida que as experiências em manejar as consequências dos desastres foram acontecendo. Um dos fatores importantes neste processo evolutivo foram as conferências internacionais ao longo das décadas. Estes espaços construíram acordos e protocolos que influenciaram nas tomadas de decisões em relação ao entendimento dos riscos e também a fragilidade, as quais os países enfrentam em relação aos desastres sócios ambientais. Com isso, outro olhar no que se refere às questões ambientais vem surgindo, a respeito das riquezas naturais, que até o momento eram consideradas bens inesgotáveis.

Segundo 21UNISDR órgão das Organizações das Nações Unidas o termo Gestão de Risco é definido pelo “processo sistemático para implementar políticas e fortalecer a capacidade de enfrentamento para reduzir os impactos negativos das ameaças e a possibilidade de que ocorram os desastres”.

No Brasil, foram muitos os elementos que contribuíram na evolução da atuação na Gestão de Riscos e Desastres. Segundo a AJONU,

Pela Resolução 44/236 (22 Dezembro de 1989), a Assembleia Geral designou a segunda quarta-feira de Outubro o Dia Internacional para Redução de Desastres Naturais. O Dia Internacional deveria ser observada anualmente durante a Década Internacional para Redução de Desastres Naturais, 1990-1999. Pela resolução 64/200 de 21 de Dezembro de 2009, a Assembleia Geral decidiu designar 13 de outubro como a data para comemorar o Dia e alterar o nome do Dia para Dia Internacional para a Redução de Desastres. O objetivo da observância é aumentar a consciência de como as pessoas tomam medidas para reduzir o risco de desastres. Em 2011, a observância ocorre no âmbito da campanha “Um paço para a Redução do Risco de Desastres!”, e seu tema é: “Fazer das Crianças e Jovens Parceiros para a Redução do Risco de Desastres” (AJONU, 2012).

²¹UNISDR, por sua vez, é o ponto focal dentro do sistema da ONU para promover a sinergia e coordenação entre as várias atividades para a redução de desastres em áreas socioeconômicas, humanitárias e de desenvolvimento, bem como para apoiar a integração das diversas políticas relacionadas. Ela também serve como um centro internacional para a divulgação de informações sobre a redução de desastres, desenvolvendo campanhas de sensibilização e produção de artigos, materiais promocionais, revistas e outras publicações, todos relacionados com a redução de desastres. A sede do secretariado UNISDR em Genebra e realiza programas de extensão através de seus escritórios regionais localizados no Panamá para as Américas, Ásia Ocidental e África do Norte, África e Ásia-Pacífico. Com objetivo de “Catalisar , facilitar a mobilização de recursos e compromisso a atores nacionais, regionais e internacionais da Estratégia Internacional para a Redução de Desastres (ISDR) , para construir a resiliência das nações e comunidades a desastres através da aplicação Quadro Sendai para a redução de Riscos e Desastres 2015-2030”(UNISDR, Lãs Américas, 2016).

Essa resolução somada a outros acordos internacionais como o Protocolo de Quioto e o Marco de Ação de Hyogo, fortaleceu os compromissos dos países no desenvolvimento de ações de Gestão do Risco de Desastres.

O Brasil se caracteriza por um país de dimensão continental, por isso como vimos anteriormente, ele se apresenta com particularidades regionais muito distintas, que influenciam em como ocasionam os diversos tipos de desastres. Podemos destacar que as maiorias dos desastres são causados pelos fenômenos da “urbanização acelerada” e o “crescimento desordenado”.

A Gestão de Risco é incorporada dentro da Política Nacional de Defesa e Proteção Civil, como elemento importante na construção do conhecimento que estuda as variáveis que determinam os riscos: os elementos dos riscos, as vulnerabilidades, a suscetibilidade, a exposição aos riscos, os processos perigosos, os elementos do ambiente natural e do ambiente construído.

Segundo o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais BRASIL, (2012) com a implementação do Plano, que visa atuar no socorro, na assistência e reconstrução, resposta, na prevenção, no mapeamento monitoramento e alerta das áreas de riscos, esta aplicação se dá com mais eficácia em âmbito local. Isso ocorre, pois o plano se materializa de fato nos municípios. Através da realização de obras estruturantes, aliadas as políticas públicas municipais e articuladas aos programas estaduais e federais. Esta rede de ação intensificada objetiva reduzir o grau de vulnerabilidade das comunidades frente aos fenômenos de deslizamentos, inundações e enxurradas, entre outros na perspectiva de ampliar a segurança da população.

A Defesa Civil do município de Rio do Sul esta alocada em uma estrutura predial nova, com salas de atendimento, sala de situação, de imprensa, alojamentos, banheiros, cozinha, depósitos, salas de reuniões. Além disso, conta com um heliponto, dois veículos e quatro profissionais de Defesa Civil (motorista, agente administrativo, agente de defesa civil e engenheiros civil).

Sua atuação está alicerçada na participação da comunidade na defesa da mesma. Segundo arquivos internos fornecidos, o trabalho define-se como o conjunto de medidas permanentes que visam: evitar, prevenir ou minimizar as consequências dos eventos desastrosos e a socorrer e assistir as populações atingidas. Preservando sua moral, limitando os riscos de

perdas materiais e restabelecendo o bem estar social. A Defesa Civil do município norteia sua ação por meio de Planos de Defesa.

Destacamos Plano de Gerenciamento de Enchentes e Descrição dos Abrigos e Plano de Gerenciamento de Enchentes Normas Gerais de Ação. Nesses documentos buscam-se identificar os pontos de apoio, os atores envolvidos, as principais ações a serem realizadas, as metas a serem atingidas e a participação da comunidade por meio dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil (NUDEC).

No que se refere ao Plano de Gerenciamentos dos Abrigos, identifica-se que no município são 32 abrigos distribuídos, que servem como base de apoio e espaços de gestão local, como orienta o Plano. Estes espaços vão sendo disponibilizados à medida que ocorre a verificação da capacidade e dimensionamento dos abrigos, buscando atender as necessidades mínimas para desabrigados.

Outro aspecto da atuação foi a iniciativa em 2012 junto à Cáritas Diocesana de Rio do Sul, Cáritas Regional Santa Catarina, e Defesa Civil Municipal em realizar os cursos de formação para agentes comunitários para proposição de Criação dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil. Segundo a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil:

Está assegurada na Política Nacional de Defesa Civil a importância da formação dos NUDECs para a realização de um trabalho conjunto entre Governo e a comunidade, uma vez que a união de esforços resultará em ações positivas, as quais contribuirão para a prevenção e minimização dos riscos de eventos adversos. Os NUDECs, cuja finalidade é desenvolver um processo de orientação permanente junto à população, têm como principal objetivo a prevenção e minimização dos riscos e desastres nas áreas de maior vulnerabilidade nos municípios. Estes Núcleos estabelecem um elo formal entre as COMDECs, responsáveis pelas ações de Defesa Civil nos municípios, e a população. Favorece a co-gestão no planejamento e execução das ações, disseminando os princípios da cooperação e integração. (SANTA CATARINA, 2009 p. 79)

Desde então este trabalho vem sendo continuado por parte da Defesa Civil e junto a Secretaria de Assistência Social e Habitação do município, seja na mobilização das famílias em áreas de riscos, seja, na articulação com as entidades de apoio. Deste trabalho resultou a capacitação de lideranças vindas de 16 bairros, com iniciativas de estruturação e formação dos NUDECs. Ou seja, esse trabalho de mobilização contribui para que haja uma ação articulada antes e durante os períodos de enchentes entre os órgãos federados e setores envolvidos da gestão pública, entidades e comunidade em geral. Facilitando o acesso aos abrigos, pontos de

apoio, comunicação interna e respostas com o intuito de diminuir os riscos e intensidade dos atingidos e afetados.

Porém outro fator relevante a ser considerado em Rio do Sul, é a ausência de uma articulação entre as entidades e os afetados e atingidos em torno de uma reflexão e ação mais ampla que vá para além da estruturação da Defesa Civil.

No que se refere ao contexto sócio político, este território está em disputa, pois a cidade encontra-se em um polo industrial que desperta o interesse de grandes grupos imobiliários e o capital especulativo, bem como os grupos empresariais que não respeitam o zoneamento estabelecido pelo Plano Diretor. Como há poucas áreas disponíveis os avanços dessas especulações se dão em áreas que servem de fugas das águas destinadas a conservação. Estes espaços estão sendo palco de aterramentos, na sua maioria as margens ou dentro das calhas dos rios, tendo como consequência o assoreamento e a modificação do escoamento das águas nos períodos de enchentes. A omissão do município referente ao processo ilegal dessas grandes empresas bem como a falta de uma fiscalização leva a ausência de instrumentos que protejam a fauna e a flora causando uma série de degradação ambiental que não afeta somente o território de Rio do Sul, mas também toda a bacia do Rio Itajaí-Açú e seus afluentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esse Trabalho de Conclusão de Curso, apontam-se quatro aspectos importantes que permearam na construção dessa pesquisa acadêmica. Inicia-se com a reflexão do processo de surgimento das cidades no que tange as questões políticas e organizacionais.

Ao discorrer sobre essa pesquisa identificamos o grande desafio posto à sociedade e aos governantes. Como construir uma cidade humanizada e segura, quando temos em seus primórdios a herança de um processo de dominação que determinou pelo capital o modelo social e espacial das cidades. Este modelo, a partir de sua estética define que cidade se quer e para quem.

Nesse sentido, as cidades de hoje ainda se encontram num sistema de segregação social, onde ricos e pobres, incluídos e excluídos disputam nos territórios espaços para viver. Muitos deles, antes deixados de lado pelo capital, hoje são objetos de especulação imobiliária. A segregação da cidade provoca a perda da identidade cultural das pessoas e das relações sociais, levando-as a um quadro de isolamento e individualismo, próprio do sistema capitalista. Com isso, cresce o desinteresse pela mobilização e participação popular. No contexto das mudanças climáticas e nos cenários de desastres, a organização popular entorno da superação dos impactos é fundamental, porém o sistema hegemônico não possibilita essa mudança.

Outro ponto a ser destacado no processo de construção da cidade, é a falta de um planejamento urbano que contemple todas as facetas que norteiam a vida humana: relações culturais, aspectos ambientais, econômicos e sociais de maneira sistêmica.

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil tem essa perspectiva. Porém, a execução desta política nos municípios e estados apresentam lacunas no que refere a participação e a intersetorialidade das políticas públicas. A governança e a execução das ações não possibilitam maior envolvimento da população e controle social. São muitas as possibilidades que a PNPDC atribui, desde o processo de planejamento, diagnóstico, identificação de demandas, soluções e resposta. Ela visa inclusive, que sejam desenvolvidas ações que favoreçam a cultura de Defesa Civil, de prevenção, segurança e proteção.

Entretanto a fragilidade, fruto da segregação e a ineficácia do Estado impedem desse processo se efetivar.

Nesse contexto, temos os desastres socioambientais resultado de um processo intenso de mudanças climáticas. Os espaços urbanos sofrem com os impactos e se intensificam os desastres ambientais, tais como: enchentes, deslizamentos, cheias e vendavais.

Vale ressaltar que o grau de vulnerabilidade de nossas cidades em relação aos desastres se dá devido principalmente pela nossa incapacidade histórica de prevenção e respostas presentes no processo de urbanização brasileira. A falta de regularização fundiária e de programas habitacionais que deem conta do déficit de moradias adequadas para toda a população, além promover um ordenamento territorial e social que se imponha aos interesses do capital privado, ou seja, dos históricos “proprietários de terras”.

Ainda relacionado a isso, temos as ocupações irregulares ou desordenadas do espaço geográfico, gerando as favelas e imensas comunidades em áreas de riscos, que aliado à falta de política de habitação mais efetiva e de urbanização das áreas vulneráveis, só reforçam o surgimento das enchentes.

Os problemas relacionados às enchentes, deslizamentos e cheias sempre estarão presente na agenda pública como pauta inesgotável. O processo histórico dessa problemática vivida no Brasil nos mostrou que eles são perenes e sem ações eficazes de resolutividade. Por outro lado, a interferência humana sobre os cursos d'água contribuem significativamente para o aumento dos impactos ambientais, como as enchentes e inundações, se desenhando das mais diversas formas, quase sempre essa questão está ligada ao mau uso do espaço urbano.

A ausência de serviços públicos ou a precariedade desses nos aparece aqui como um grande facilitador desses fenômenos, tais como o elevado índice de poluição, causado tanto pela ausência de consciência por parte da população, quanto por sistemas ineficientes de coleta de lixo e a efetivação da ²²Lei de resíduos sólidos. Além do mais, há problemas

²² Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, que institui a política Nacional de resíduos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Esta Lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispendo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluída os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis. (BRASIL, 2010).

causados pela poluição gerada por grandes empresas e indústrias, onde não há tratamento adequado dos resíduos produzidos, são gerados e levados pelas enxurradas e contribuem ainda mais para elevar o índice dos impactos ambientais, de modo especial nos períodos de chuvas intensas e enxurradas.

A cidade mal planejada com limitações na mobilidade urbana também está relacionada com os problemas das enchentes. Existem falhas nos sistemas de drenagem, responsáveis pela contenção ou desvio da água que corre para os rios, principalmente nas regiões periféricas, provocando assim as cheias.

Além de todas essas problemáticas citadas, ainda há uma considerada a mais perversa e desumana, a chamada “Indústria das Enchentes”, que assola milhares de pessoas, vitimizam comunidades e interferem na garantia de direitos as populações afetadas e atingidas pelos desastres socioambientais. No decorrer do trabalho procuramos trazer um pouco sobre essa questão, enfatizando autores e estudiosos sobre o fenômeno.

As chamadas tragédias presenciadas em Santa Catarina, de modo especial no Vale do Itajaí, não podem ser somente causadas por fenômenos ambientais como enchentes, chuvas, deslizamentos, mas elas são sim fruto da opção política dos gestores estaduais e municipais dessa região no último século XX. A falta de tomadas de decisões assertivas e as formas de reação frente às esses fenômenos refletem o modelo de gestão que o estado possui, e qual o lugar das tragédias nas pastas públicas.

Por fim, salienta-se que embora a Defesa Civil do município de Rio do Sul vem com grandes esforços articular diálogo com outras políticas setoriais, evidencia-se que ainda há passos a serem dados na efetivação da política nacional.

Destaca-se a ausência de profissionais do Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e das áreas humanas nesse processo. A Defesa Civil não pode se limitar a uma ação de resposta de estratégias de contenção de cheias, mas sim de um processo educativo durante os períodos de normalidade, de educação permanente das comunidades e de intensificação de uma cultura de Defesa Civil.

Faz-se necessário um amplo diálogo e interface entre os órgãos gestores. A responsabilidade em criar uma cultura de segurança é de todo o Estado, não limitando apenas

a Defesa Civil. É sabido que as comunidades ocupantes de áreas de risco ambiental são resultados de uma não ação do Estado, que culpabiliza as comunidades das consequências e impactos gerados pelos desastres. É importante salientar que o território geográfico de Rio do Sul não comporta os impactos causados pelas enchentes, em virtude das ações desordenadas e desalinhadas dos grandes projetos econômicos e não da presença das comunidades de risco. As comunidades nesse contexto são vítimas desse processo. Portanto, enquanto o capital financeiro e imobiliário atuar de maneira isolada e sem preocupação com a sustentabilidade ambiental, e o Estado se omitir frente aos projetos econômicos sem punições legais, os avanços serão fragilizados na Gestão de Risco e Desastres, resumindo-se apenas em ações paliativas e sem resolutividade.

Em virtude da amplitude da temática e da sua complexidade, avalia-se que elementos importantes como a participação da comunidade nos processos de execução da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, não foram abordados com tanta ênfase como merece o tema.

De acordo com tamanha relevância do tema para o Serviço Social, haja vista, que o protagonismo dos sujeitos é fundamental na práxis profissional, sugere-se que esse tema seja abordado na academia. A atuação junto às famílias vulneráveis é campo de atuação do Serviço Social, e a profissão tem muito que contribuir nesse campo, sobretudo na melhoria da política, nas intervenções junto à comunidade e nos processos de reconstrução da vida.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. **A dimensão pedagógica do Serviço Social**: bases históricas conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. In Serviço Social e Sociedade nº 79. São Paulo, Cortez, 2004.

ALMEIDA, L. Q. de, e PASCOALINO, A. **Gestão de Risco, Desenvolvimento e (meio) Ambiente no Brasil** - um estudo de caso sobre os desastres naturais de Santa Catarina.

Disponível em:

<https://www.researchgate.net/profile/Lutiane_Almeida/publication/268005397_> Acesso em 20 de fevereiro de 2016.

ARAÚJO, M. A. T; BELO, P. de S. **Grandes Projetos Minerários e Comunidades Tradicionais na Amazônia**: Impactos e perspectivas. Rev. Pol. Públ. São Luis, v. 13, n. 2, p. 265-277 jul./dez. 2009. Disponível em:

<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321127276012>> Acesso em : 25 fev. 2016.

AUMOND, J. José. Et all. **Condições naturais que tornam o Vale do Itajaí sujeito aos desastres**. In: Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: água, gente e política. Beate Frank e Lucia Sevegnani (org.) Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009. p.22-37.

_____ & SEVEGNANI. **Descrição do desastre: os escorregamentos de encostas**. In: Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: água, gente e política. Beate Frank e Lucia Sevegnani (org.) Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009.p.80-91.

BANCO MUNDIAL. **O Estado num mundo em transição**. Relatório sobre o desenvolvimento mundial. Banco Mundial, Washington, 1997.

BARCELOS, F. C. e OLIVEIRA, S. M. **Novas Fontes de Dados sobre Risco Ambiental e Vulnerabilidade Social**. Disponível em:

<<http://anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT11-848-561-20080509105611.pdf>> Acesso em 29 fev. 2016.

BECK, U. **Risk society: towards a new modernity**. London: Sage, 1996.

BENJAMIN, C. **A opção brasileira. Cézar Benjamin...** [et.al.], - Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BELTRAME, A. da V. **A colonização no Vale do Itajaí-mirim e os reflexos na degradação de seus recursos naturais renováveis**. Geosul. Florianópolis, v.4, n.11, 1991.

BERKES, F. **Sistemas sociais, sistemas ecológicos e direitos de apropriação de recursos naturais**. In: P.F.Vieira, F. Berkes e CS. Seixas, Gestão Integrada e participativa de recursos naturais. Conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: APED e Secco, 2005. p.47-73.

BERKES, F.; FOLKE, C.; HOLLING, C. S. Science, **sustainability and resource management**. In: F. Berkesan C. Folke Linking social and ecological systems. Cambridge: Cambridge University Press. 1998.p. 342-361.

BENEVOLO, L. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

_____.**As origens da urbanística moderna**. Editorial Presença: Lisboa, 1987. pg. 24.

_____.**História da cidade**. Editora Perspectiva: São Paulo, 1997. pg. 565.

BOSCHETTI, I. **Seletividade e Residualidade na Política de Assistência Social**. In: Novos paradigmas da Política Social. Brasília: UNB, 2002.

BONDUKI, G. N. **Política habitacional e inclusão social no Brasil**: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. Revista eletrônica de Arquitetura e urbanismo, Nº1, 2008. Disponível em: <<http://www.usjt.br/arq.urb/>>Acessado em:29 fev. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**, n. 8.742, de 7 de setembro de 1993.

_____. **Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID**. <http://www.mi.gov.br/web/guest/defesa-civil/sinupdec/organizacao>. Acesso em 15 de fevereiro de 2016.

_____. **Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais 2012-2014**. Disponível em <http://www.planejamento.gov.br/apresentacoes/apresentacoes-2012/120808_plano_nac_risco_2.pdf>Acesso em 29 fev. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social.**Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS- NOB-RH/SUAS**. Brasília. 2006.Disponível em www.mds.gov.br/suas/legislacao1/nob/norma_operacional_de_rh_suas.pdf Acesso em 12 de set de 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. **Resolução Nº 109**, de 11 de Novembro de 2009.

_____. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2009.

_____. **Observatório das chuvas**. Cemaden, página atualizada em: 01/2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/observatoriodaschuvas/monitoramento/radares.html>> Acesso em 28 fev. 2016.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária - Por uma ação integral e contínua**: caderno de diretrizes aprovadas / Centro Universitário de Estudos e

Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CEPED UFSC, 2010. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/participacao/conferencias-2/562-1-conferencia-nacional-de-defesa-civil-e-assistencia-humanitaria>> Acesso 28 fev. de 2016.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. **Anuário brasileiro de desastres naturais: 2011** / Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. Artigo produzido pelo Núcleo de Análise e Diagnóstico do Serviço Geológico do Rio de Janeiro – DRM - PRONEX PUC -Rio/UFRJ/UERJ 2010-FAPERJ/CNPQ-Brasília:CENAD,2012.pdf. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=e3cab906-c3fb-49fa-945d-649626acf790&groupId=185960> Acesso em 28 fev.2016.

BRITES, C M, SALES, M .A. **Ética e práxis profissional**. V.2, CFESS, Brasília, 2000.

BUTZKE, I. C. **Ocupação das áreas inundáveis em Blumenau/SC**. Rio Claro, Dissertação de mestrado em Geografia, UNESP, 1995.

PRADO JÚNIOR, Caio: **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo. Ed Brasiliense. 7ª reimpressão, da 23ª edição de 1994.

CAMPOS, M. S. & MIOTO, R. C. T. **Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira**. In: Revista Ser Social 12. Brasília: UNB, 2003.

CARDOSO, A. M. **Compêndio Histórico e Geográfico de Rio do Sul**. Rio do Sul: Jawi. 1999.

CARVALHO, M. do C. A. A. & TEIXEIRA, A. C. C. **Conselhos Gestores de Políticas Públicas**. São Paulo, Pólis, 2000. 144p. (Publicação Pólis, 37).

CASTRO, A. L. C. **Glossário de defesa civil: estudo de riscos e medicina de desastres**. Brasília: MPO/ Departamento de Defesa Civil, 1998.

CAUBET, C. G. & FRANK, B. **Manejo Ambiental em Bacia Hidrográfica: caso do Rio Benedito**. Florianópolis: Fundação Água Viva. 1983. p.51

CEPAL-COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Vulnerabilidade sociodemográfica: viejos e nuevos riesgos para comunidades, hogares e personas**. Santiago de Chile: LC/G 2170, 2002. CFAS. Códigos de ética profissional do assistente social. Rio de Janeiro: CFAS, 1965, 1975, 1986.

CFESS. **Código de ética profissional do assistente social**. Brasília: CFESS, 1993.

CIMI. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil**. Brasília-DF. 2011. p. 58.

COELHO E. **Os limites históricos dos limites absolutos: Mézaros e as determinações da crise contemporânea**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005.

CORREIA, M. V. da C. **Que controle social na política de Assistência social?** In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, v. 23, n.72, nov.2002.

_____. **A relação Estado/sociedade e o controle social:** fundamentos para o debate. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, v. 25, n. 77, mar.2004 COPANS, Rose. Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática. São Paulo: Editora UNESP, 20015.

COUTO, B. R. **O processo de Trabalho do assistente social na esfera municipal.** In: Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais: o trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CEAD, 1999, módulo 2, p.203 – 213.

CUNHA, S. S.. **O controle social e seus instrumentos.** Relatório do Núcleo de Pesquisas sobre Poder e Organizações Locais. Universidade Federal da Bahia. 2003.

DAGNONI. C.; WALTER, R. **Rio do Sul em Imagens:** Da colonização á emancipação política –administrativa – 1992- 1931. Comemoração aos 80 anos de Rio do Sul. Rio do Sul: News Print, 2011.

DEMO, P. **Complexidade e Aprendizagem** - a dinâmica não linear do conhecimento. São Paulo; Atlas, 2002.

EIRD/ONU **Mejorando La información y la análisis** sobre El impacto de los desastres. Cápsulas Informativas, n 1. Geneve: Estrátégia Internacional para a Redução de Desastres/ONU.2003.

_____. **Lagestión Del riesgo de desastres Hoy: contextos globales, herramientas locales.** Estrátégia Internacional para a Redução de Desastres/ONU.2008.

FALEIROS, V. de P. **Natureza e desenvolvimento das políticas sociais** no Brasil. In: CFESS/CRESS. 2001.

FAUSTO, B. **História do Brasil.** 5º ed. São Paulo: EDUSP, 1997.

FERREIRA, I. S. B. **As políticas brasileiras de Seguridade Social.** In: CFESS/CRESS. 2001.

FRAGA, N. C. & KÖHLER, V. B. **As Enchentes no Vale do Itajaí-Açu, SC:** das obras de contenção a indústria da enchente. 1999. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12065>> Acesso em 05 mar 2016.

FRANK, B.;LACERDA, A. L. **Contribuição analítica à gestão do Projeto Itajaí.** Revista de divulgação cultural da FURB, Blumenau, V. 15, N.49, pp. 45-53, mai/ago, 1990.

FRANK, B. **Uma história das Enchentes e seus ensinamentos.** In: FRANK, B.; PINHEIRO, A. (Orgs.). Enchentes na Bacia do Rio Itajaí: 20 anos de experiências. Blumenau: Editora FURB, 2003.

FREYRE, G. Característica gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida. In **Casa-grande & Senzala.** 46ª Ed. Rio de Janeiro: Record 2002. p.78 - 159.

GARCIA, M. **As origens dos países árabes atuais**, 2013. Disponível em: <<http://mgar.com.br/blog/?p=150>>. Acesso em: 19 fev. 2016.

GOVERNO, Estado de Santa Catarina. **MANUAL DE DEFESA CIVIL**. Caroline Margarida, Cristiane Aparecida do Nascimento; Major PMSC Emerson Neri Emerim, Major PMSC Edir de Souza – Florianópolis: CEPED/UFSC, 2009.

GUEDES, M. A. N. **A Prática do Serviço Social na Gestão dos Riscos das Emergências e Desastres na Coordenadoria de Defesa Civil do Recife – CODECIR** Faculdade de Ciências Humanas ESUDA Curso de Especialização em Gestão das Emergências e Desastres. Recife. 2012.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo, 26 ed. Companhia das Letras 1995.

IBGE. **Informações Estatísticas, Rio do Sul, Santa Catarina**. 2015. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421480&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>> Acesso em 15 de fevereiro de 2016.

IPPUB. Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano De Blumenau – departamento de pesquisas e informações. **Perfil do Município de Blumenau**. Prefeitura Municipal de Blumenau, 1995.

I.TUCCI, C. E. M, BERTONI, J. C. **Inundações Urbanas na América do Sul**. Porto Alegre: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2003.

JESUS, S. A. M. de. Os núcleos comunitários de proteção e defesa civil: estudo de caso dos municípios de Botuverá e Brusque. Florianópolis, 2015 p.119.

KIRLIAN, F. **A Estrada de Ferro Santa Catarina**. Blumenau em Cadernos, Tomo I, N_72. Blumenau. 1957.

LAGO, P. F. **Santa Catarina: a Terra, o Homem, a Economia**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1968.

LAPOLI, A. V. **O plano diretor e o plano de gestão de enchentes de Rio do Sul – SC: A construção do território seguro**. Dissertação de mestrado – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação. Florianópolis, 2013

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**: Petrópolis: Vozes. 2011.

MARTINS, P. "Três vivas pra São João Maria! (Os Cafuzos conquistam a terra prometida)". In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Negros no Sul do Brasil – Invisibilidade e Territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

_____ **Anjos de Cara Suja**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____ **Os Índios Xokleng**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1997.

_____ **O Homem Índio Sobrevivente do Sul**. Porto Alegre: Ed. Garatujá, 1978.

_____. **Índios e Brancos no Sul do Brasil.** A Dramática Experiência dos Xokleng. Ed. Edeme, 1973.

MATTEDI, M. A. **As enchentes como uma tragédia anunciada:** impacto da problemática ambiental nas situações de emergências em Santa Catarina. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Tese Doutorado, 1999.

MÉSZAROS, I. Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2009. Op. cit., p. 216.

MICHAELIS. **Dicionário de Português Online.** 1998 – 2007 Editora Melhoramentos Ltda. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?typePag=sobre&languageText=portugues-portugues> > Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

MONADES. Reconstrução da Vida com os Afetados por Desastres Socioambientais. **Cartilha de Formação MONADES 2015.** Disponível em: <http://fmclimaticas.org.br/wp-content/uploads/2015/10/CARTILHA_MONADES_2015_FINAL_VERSAO_WEB2.pdf> Acesso em 28 fev. 2016.

MORAES NETO, B. R. de. **Marx, Taylor, Ford:** as forças produtivas em discussão. São Paulo: Brasiliense, 1989.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.p.15.

NÓBREGA, J. M. P. Da. **A Militarização da Segurança Pública: Um Entrave para a Democracia Brasileira.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 35, p. 119-130, fev. 2010. 7_dossie_jose_maria_pereira_35_01_02_2010. P.65. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n35/v18n35a08.pdf>. Acesso em 28 fev. 2016.

PCB. Curso Nacional de Formação Política do Partido Comunista Brasileiro: **Capitalismo monopolista e imperialismo.** s.d. Disponível em: <<http://www.pcb.org.br/porta1/docs/historia1a.pdf>>. Acesso em 20 fev. 2016.

PELLIZZETTI, B. Pioneiros Italianos no Brasil Meridional. Curitiba. Instituto de Histórico Geográfico e Etnográfico paranaense, 1991.

POLEZA, M. M. **Mudanças na estrutura urbana de Rio do Sul em decorrência das enchentes de 1983.** Polígrafo. Dissertação. Blumenau. FURB. 2003.

PSICOLOGIA, C. F. **Textos geradores – II Seminário Nacional de Psicologia em emergências e desastres/ Conselho Federal de Psicologia.** Brasília, CFP, 2011. p.76.

QUEIROZ, M. V. de. **Messianismo e Conflito Social – a Guerra Sertaneja do Contestado 1912 – 1916.** 2 ed. São Paulo: Ática, 1977.p. 65-66.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. Companhia das Letras. Segunda edição. São Paulo. 1995.

RICOY, D. Globalização da- Europa século XV. **As “Origens” da Globalização**: as relações políticas e comerciais européias no século XV 2009. Disponível em: <http://www.diegoricoy.blogspot.com.br/2009/04/as-origens-da-globalizacao-as-relacoes.html>. Acesso em 15 mar. 2016.

SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Subchefia de Estatística, Geografia e Informática. **Atlas de Santa Catarina**. Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro, 1986.

SANTIAGO, N. M. **ACIB – 100 anos Construindo Blumenau**. Blumenau Editora Expressão. Editora expressão. Blumenau 2001.

SANTOS, C. F. DOS; TORNQUIST, C. S.; MARIMON, M. P. C. **Indústria das enchentes**: Impasse e desafios dos desastres socioambientais no Vale Do Itajaí. 2014. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2014v29n57p197>> Acesso em 05 mar 2016.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira/Milton Santos**. - 5. ed., 3. reimpr.- São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, S. C. dos. **Nova História de Santa Catarina**. Florianópolis, Terceiro Milênio, 1995.

SCHORSKE, C. E. **História da cidade**. Editora Perspectiva: São Paulo, 1997. pg.565.

SENADO FEDERAL. **Relatório Final da Comissão Temporária Interna sobre Defesa Civil**, 2011. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=101025&tp=1>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

SILVA, J. F. **As enchentes no Vale do Itajaí** Blumenau: Casa Dr. Blumenau. Separata da Revista em Cadernos1975. 48.p.

SMAD-RS. **Glossário da estratégia internacional para redução de desastres (EIRD)**. Disponível em <<http://www.smad.rs.gov.br/downloads/documentos/ONU-UNISDR%20-%20Glossario%20EIRD%20Estrategia%20Internac%20Reducao%20Desastres.pdf>> Acesso em 15 de fevereiro de 2016.

UFSC, **Política Nacional de Defesa Civil**. In Universidade Federal de Santa Catarina – Centro Universitário De Estudos E Pesquisas Sobre Desastres. Florianópolis, 2012. Disponível em: <<http://www.ceped.ufsc.br/wp-content/uploads/2011/01/Anexo-B-Pol%C3%ADtica-Nacional-DC-Versao-3-Final-2.pdf>> . Acessado em 26 fev. 2016.

UNISDR. **Oficina de las Naciones Unidas para la Reducción del Riesgo de Desastres**, Oficina Regional – Las Américas. Disponível em <<http://www.eird.org/americas/we/quienes-somos.html>> Acesso em 01 mar 2016.

VALENCIO, N.; MARCHEZINI, V.; SIENA, M. **Desastres e indiferença social**: o estado frente aos desabrigados. *Antropolítica: revista contemporânea de Antropologia e Ciências Políticas*, Niterói, RJ, v.23.2007.

VIDOR, V. **Indústria e Urbanização no Nordeste de Santa Catarina**. Blumenau. Editora da FURB.1995.

WITTMANN, A. (2001). **A Estrada de Ferro no Vale do Itajaí** – Resgate do Trecho Blumenau – Warnow. Blumenau. Ed. FURB.